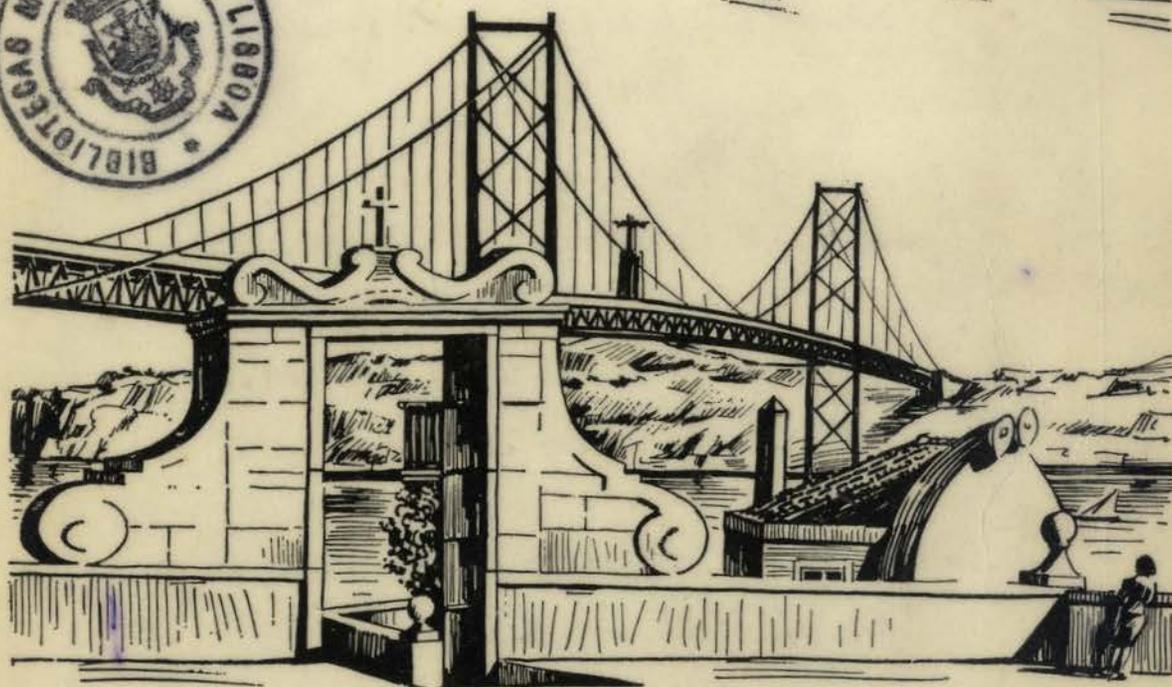




OLISIPO

Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa



Ao Doutor EDUARDO NEVES
GRANDE AMIGO DE LISBOA, of.
COM ADMIRACAO E AFETOS -
X-IX-66 *7095 A*
VIDEIRA



N.º 115/116 — ANO XXIX — Julho/Outubro 1966

30 Anos de Cultura Olisiponense

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Le Baron Pierre Bonvoisin

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Eng. João Augusto Bexiga

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Silvío Guimarães

A
LEGAL & GENERAL

agradece aos
«AMIGOS DE LISBOA»
a preferência que lhe têm
dado para os seus
contratos de seguros

Capital e Reservas
700 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:
Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

PARA A SUA VIAGEM DE RECREIO

A QUALQUER PONTO DO PAIS

**NOVOS
AUTOCARROS
AO SERVIÇO
DO TURISMO**



CONSULTE A



SERVIÇOS DE ALUGUER - SANTO AMARO, TEL. 632021



viaje pela



STAR

**TURISMO
VIAGENS**

seguro na



Os nossos antepassados, quando viajavam, faziam-no com a segurança, rapidez e conforto que os meios de então lhe permitiam... As exigências da vida moderna tudo transformaram. Para um eficiente apoio ao apressado viajante dos nossos dias a STAR oferece, através de uma rede mundial de correspondentes, a experiência de todos os seus serviços, e a ATLAS, Companhia de Seguros — a cómoda tranquilidade de um seguro de viagens.

Oferta

27. JUL. 1988

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXIX

JULHO/OUTUBRO DE 1966

NÚMEROS 115/116

Director, o Presidente da Junta Directiva
FERNANDO FREITAS SIMÕES

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 32 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 5-A



SUMÁRIO

| | Pág. |
|--|------|
| PONTE SOBRE O TEJO | 75 |
| VALIOSO SUBSÍDIO PARA A BIOGRAFIA DO INFANTE D. MANUEL, IRMÃO DE D. JOÃO V pelo Eng. <i>Júlio Eduardo dos Santos</i> | 78 |
| RECOLHIMENTOS DA CAPITAL — BREVES APONTAMENTOS pelo Dr. <i>José Pinto de Aguiar</i> | 87 |
| ANTÓNIO GUILHERME SOROMENHO, CANTOR E VIOLINISTA LISBOETA pelo Dr. <i>Paulo Caratão Soromenho</i> | 99 |
| SANTA CATARINA DE LISBOA NO CULTO E NA TOPONÍMIA CITA- DINA — SINGELO APONTAMENTO OLISIPONENSE por <i>Luis Chaves</i> | 117 |
| APONTAMENTOS PARA A VISITA DOS «AMIGOS DE LISBOA» À IGREJA PAROQUIAL DE SANTA CATARINA pelo <i>Doutor Eduardo Neves</i> | 128 |
| ALFAMA VISTA DO TEJO pelo Dr. <i>Paulo Caratão Soromenho</i> | 131 |
| CONSIDERAÇÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO DO CAMPO DE SANTA CLARA Conforme comunicações do Eng. <i>Júlio Eduardo dos Santos</i> | 133 |
| RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA, relativo ao exercício de 1965 | 141 |
| PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS, referente ao mesmo exercício | 146 |
| ACTIVIDADE CULTURAL NO QUADRIMESTRE ABRIL-JULHO DE 1966 | 148 |
| FEIRA DA LADRA | 151 |
| SÓCIOS ADMITIDOS NO 1.º SEMESTRE DE 1966 | 154 |
| OFERTAS DO 30.º ANIVERSÁRIO | 155 |
| CAPA: A Ponte Salazar Vista do Alto de Santo Amaro — Desenho de <i>J. A. Videira</i> | |
| VINHETAS de <i>J. A. Videira e Figueiredo Sobral</i> | |

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

PONTE SOBRE O TEJO

A propósito da inauguração, a 6 de Agosto, da ponte sobre o Tejo, em Lisboa, a Junta Directiva, em sua sessão de 20 de Julho, manifestou, com as mensagens que a seguir se transcrevem, o seu regozijo por esta notável realização que tanto embeleza e enriquece a nossa cidade.

Ao Senhor Ministro das Obras Públicas foi enviado o seguinte:

Senhor Ministro das Obras Públicas

Excelência:

Temos a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, na sua última reunião, «Amigos de Lisboa» aprovaram endereçar a Vossa Excelência os seus agradecimentos por ver dotada a nossa Cidade com o notável melhoramento que é a Ponte sobre o Tejo e manifestar o seu júbilo por esse facto que marca uma época na história da nossa Cidade e do País.

Seja-nos permitido apresentar a Vossa Excelência e ao Governo da Nação, de que Vossa Excelência é ilustre ornamento, as nossas mais expressivas saudações por tão transcendente acontecimento.

Com a mais alta consideração somos de Vossa Excelência

20 de Julho de 1966

A BEM DE LISBOA

Pela Junta Directiva

O Director Secretário-Geral

O Presidente

Doutor Eduardo A. da Silva Neves

Prof. Doutor F. Freitas Simões

Ao Senhor Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa
foi enviado o seguinte:

Excelentíssimo Senhor Presidente da
Excelentíssima Câmara Municipal de Lisboa:

AMIGOS DE LISBOA congratulam-se com Vossa Excelência pela
breve inauguração da tão notável obra que é a PONTE SOBRE O
TEJO que tanto enriquece a nossa Cidade e que marca uma época
na história da Nação.

Tem Vossa Excelência, a quem já a Cidade tanto deve, a
honra de presidir à Edilidade nesta faustosa data.

AMIGOS DE LISBOA saudam Vossa Excelência e a Câmara da
sua digna Presidência.

Respeitosamente somos

Lisboa, 20 de Julho de 1966.

A BEM DE LISBOA

Pela Junta Directiva

O Director Secretário-Geral

Doutor Eduardo A. da Silva Neves

O Presidente

Prof. Doutor F. Freitas Simões

Ao Sr. Engenheiro Inspector Superior Canto Moniz foi também
enviado o seguinte ofício:

Lisboa, 5 de Agosto de 1966

Ex.^{mo} Sr.

Director do Gabinete da Ponte sobre o Tejo

L I S B O A

Ex.^{mo} Senhor:

Não tendo possibilidade, amanhã, os representantes deste
Grupo, de cumprimentarem V. Ex.^a e os seus colaboradores e
agradecer o vosso contributo na notável realização que é a Ponte
sobre o Tejo, venho por este meio fazê-lo, recordando com grati-

dão a amabilidade de todos V. Ex.^{as} nas visitas que este Grupo em tempo realizou às respectivas obras, que sempre tanto interessaram; e lembrar que o nosso Boletim em 1959 publicou um artigo de 12 páginas, reproduzindo uma conferência realizada na nossa sede, ilustrada com projecções, sobre a Ponte e a sua história; esse artigo ilustrado com uma fotomontagem da Ponte é da autoria do nosso consócio e antigo director Sr. Alfredo Ferreira do Nascimento.

Aproveito o ensejo de com elevada consideração e estima apresentar a V. Ex.^a os nossos melhores cumprimentos e saudações e sou

A BEM DE LISBOA

Pela Junta Directiva

O Director Secretário-Geral

Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

NOTA — É mister, em tempo, referir, que OLISIPO em 1959, no seu número 86, referente a Abril, publicou um artigo (págs. 64 a 76) intitulado «Um sonho a caminho da realidade: A PONTE SOBRE O TEJO», da autoria do nosso consócio e antigo director Sr. Alfredo Ferreira do Nascimento, em que se historicam as vicissitudes dos seus projectos desde Março de 1877, com a proposta do Engenheiro Miguel Pais publicada no *Diário de Notícias* até a actualidade, não esquecendo os trabalhos e sugestões do Engenheiro Fernando de Sousa e de Fialho de Almeida. Refere o artigo a bibliografia sobre o assunto publicada e inclui uma fotomontagem cedida pela J. A. E.

Diz o articulista a terminar: «o sonho caminha...» e caminhou tão bem que a temos já a embelezar Lisboa.



VALIOSO SUBSÍDIO
PARA A BIOGRAFIA DO
INFANTE D. MANUEL,
IRMÃO DE D. JOÃO V

pele Eng. JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS

PARA assinalar a passagem do bicentenário da morte do Infante D. Manuel (1697-1766), filho de D. Pedro II e de sua segunda esposa, D. Maria Sofia de Neuburgo, promoveu o Grupo «Amigos de Lisboa» uma conferência, em 26 de Maio do ano em curso, que teve a honra de proferir sobre o tema *O Lisboeta Infante D. Manuel, irmão de D. João V — Novos elementos para a sua biografia.*

Sua vida aventureira contém episódios que o tornaram vulto bastante discutido não só na época como posteriormente, mas muito há ainda que perscrutar para esclarecimento completo de sua conduta, o que certamente contribuirá — convictamente o digo — para o ilibar de muitos juízos infundados a seu respeito.

Embora em número não avultado, bastantes autores se têm ocupado deste, quando jovem, valente e donairoso príncipe e, mais tarde, figura a que poderá caber o qualificativo de bizarra, não no sentido mais primoroso do vocábulo... Desses autores cabe indiscutivelmente o primeiro lugar ao distinto investigador Sr. Ernesto Soares, grande autoridade no concernente à história das artes plásticas, sobretudo dos séculos XVIII e XIX, em especial da gravura e dos gravadores portugueses, a quem é devido o notável estudo *O Infante D. Manuel — Subsídios para a sua biografia*, Lisboa, 1937, seguido, em 1943, de *O Infante D. Manuel — Subsídios iconográficos*. O trabalho do Sr. professor Ernesto Soares baseia-se, em grande parte, no exame e exaustiva apreciação crítica de numerosos manuscritos, na maioria de proveniência diplomática, que não haviam sido ainda suficientemente estudados. Julgo poder afirmar que o mesmo distinto investigador projecta ocupar-se, de novo, da tão discutida figura em referência.

Entre os autores que dela têm tratado, como panegiristas ou censores, contam-se D. António Caetano de Sousa, Fr. Cláudio da

Conceição, Inácio Barbosa Machado, Visconde de Santarém, Rebelo da Silva, Caetano Beirão e, recentemente, Joaquim Veríssimo Serrão e António Coimbra Martins, além de escritores de menor audiência, como Júlio César Machado, Alberto Pimentel, Ernesto Enes, Rocha Martins e outros. O aliciante tema, todavia, está longe de se encontrar esgotado.

A vida de D. Manuel, considerados apenas os tópicos da sua actividade e manifestações, é geralmente conhecida. Satisfazendo, em princípio, os seus desejos de viajar pelo estrangeiro, com o evidente fito de se alistar em qualquer país da Europa, onde os conflitos bélicos eram vulgares, D. João V chegara a encarar como próxima realidade a saída do Reino deste seu irmão e estabelecera o programa da viagem; mas o Rei mudou de intenção, ao anunciar que ele próprio sairia também de Portugal, com o pretexto de se dirigir ao santuário de Nossa Senhora do Loreto, em Itália, devendo D. Manuel acompanhá-lo. A piedosa intenção indicada ajustava-se bem à exteriorização dos sentimentos religiosos do monarca; por isso, apesar de estar provado que o motivo da viagem era diferente, ainda hoje se persiste no erro, pela falsa tendência de considerar D. João freirático incorrigível...

A verdadeira intenção da viagem real era outra, conforme foi demonstrado pelo Dr. Caetano Beirão na sua notável comunicação à Academia Portuguesa da História em 1 de Março de 1944, baseando-se em documentos do arquivo dos Condes de Tarouca. O fim que o Rei tinha em vista era «ver praças, marinhas, milícias, exército, comércio, o génio das nações, ajustando artífices, professores para as ciências e artes que mais se ignoravam entre nós» — conforme se conclui de certos elementos dessa preciosa colecção. Isso levou o distinto historiador a comentar, com manifesta justiça: «A viagem não se realizou como se sabe. Mas se a D. João V tanto ficou o País a dever pelo que conseguiu estimular, subsidiar e realizar, que imensa obra não teria porventura deixado se chegasse a efectivar o sonho da sua viagem? Que novo espírito e que novos estímulos não teria trazido à gente portuguesa do seu tempo?»

Vendo o Infante que o seu projecto não se transformava em realidade, tanto pela hipótese da viagem real, em que primeiramente acreditara, como mais tarde pela convicção de que esta não passava de um estratagema para o prejudicar, partiu secretamente de Lisboa a bordo de um patacho inglês, que demandava Amesterdão, acompanhado do filho do Conde de Tarouca, Manuel Teles da Silva, seu íntimo amigo. Sem resultado, o Rei mandou uma fragata em sua perseguição. D. Manuel seguiu para Viena, onde estavam ocorrendo numerosos voluntários, muitos de nobre estirpe, a inscrever-se para combater sob as ordens do célebre Príncipe Eugénio. Os apelos do Papa, traduzindo a angústia pelo momento difícil que o cristianismo atravessava perante a ameaça dos Turcos — apelos dirigidos também ao Rei de Portugal, com insistência — tinham motivado esse entu-

siasmo guerreiro. O nosso Infante cobriu-se de glória nas batalhas de Peterwardein, de Temesvar (onde foi ferido, e de Belgrado, sempre louvado pelos escritores estrangeiros que desta guerra se ocuparam. Também Lisboa, demonstrando quanto apreciava o intrépido jovem, delirava ao receber a notícia dos seus primeiros êxitos militares (cf.: P.^e Manuel Moacho Francisco, *Demonstração que os Meninos Órfãos do Colégio Real de Jesus cantaram na procissão pelas ruas de Lisboa, na iluminação e festiva noite de 25 de Setembro de 1716, em louvor do Senhor D. Manuel, Infante de Portugal*).

Terminada a guerra, viajou longamente pela Europa, havendo notícias da sua passagem por muitas cortes, designadamente Haia, Paris, Viena, Madrid e até Moscovo. Foram dezanove anos assim passados, em que avulta o tão falado episódio da sua candidatura ao trono da Polónia e depois ao de um país que seria formado pela Córsega e pela Sardenha, candidaturas propostas pelo imperador da Áustria Carlos VI, que assim manifestava o apreço em que tinha as virtudes militares de D. Manuel, que o tornavam candidato ideal para chefe de um povo como então era o polaco.

Outros episódios de relevo estão ligados à vida do Infante, alguns deles insuficientemente estudados; também a parte romanesca tem nela curioso lugar. Pertence ao grupo daqueles episódios o caso descrito por Ernesto Enes no opúsculo *Uma Conspiração Malograda em Minas Gerais para Aclamar Rei do Brasil o Infante D. Manuel*, reedição de 1942 do trabalho publicado dois anos antes na coleção de memórias apresentadas ao Congresso do Mundo Português; e também na literatura de ficção teve eco a sua existência brilhante, com a narração de um drama de amor passado em Lisboa com um príncipe português — 4.^o tomo do ciclo novelístico *Memórias e Aventuras de um Homem de Qualidade que se Retirou do Mundo* (ciclo a que pertencia a *História do Cavaleiro Des Grieux*, título primitivo do célebre romance *Manon Lescaut*), obra do afamado Padre Prévost, que por interessante coincidência tinha a mesma idade do nosso Infante. O romancista designa o príncipe por *Prince D. M...*, e, em volume posterior, por *Prince D. Manuel*. A identificação deste personagem deve-se ao Sr. Ernesto Soares.

Dois outros infantes de Portugal singularizaram-se precisamente por atitudes quase idênticas à de D. Manuel: D. Luís, filho de D. Manuel I, e D. Duarte, filho de D. João IV. Ambos abandonaram o Reino e, longe da Pátria, patentearam grande valor militar, tendo mesmo o primeiro tido possibilidade de ascender ao trono da Polónia... Singular paralelismo de três existências!

Apenas em referência ao irmão de D. João V avultam opiniões desfavoráveis. Não pode negar-se que alguns dos seus actos, como aqueles de que vieram a resultar as condições confrangedoras que lhe foram impostas para o seu regresso a Portugal, não dispõem os críticos imparciais a ilimitada benevolência; mas, em contrapartida, muito se lhes deparará digno de louvor. O que seguidamente se

apresenta bem pode ser considerado valioso elemento, embora restrito, para a sua apologia.



Uma preciosa espécie bibliográfica, a seguir descrita, permite conhecer que o Infante D. Manuel visitou a Itália, onde deixou perdurável lembrança, designadamente em Pádua, a bela cidade tão intimamente ligada a Portugal, devido à figura genial de Santo António de Lisboa.

Trata-se de obra da autoria de Fr. Bonaventura Amadeo de Cesare, franciscano conventual, publicada em Nápoles em 1743, da qual foi feita luxuosa tiragem especial em homenagem ao mesmo príncipe, com novo frontispício e grande e expressiva dedicatória, reveladora da profunda impressão causada pela sua piedade e procedimento sempre generoso.

Rosto da edição original do livro, de [12], 277, [2] pp.: VITA/ DI/ SANT'ANTONIO/ DI PADOVA/ DELL'ORDINE DE' MINORI/ STORICA, ENCOMIASTICA, CRITICA./ Distesa da Fr. BONAVENTURA AMADEO DE CESARE/ de' Minori Conven. Dottore, e Maestro di S. Teologia, Diffinitore perpetuo e Consultore della S. Congr. dell' Indice, &c./ DEDICATA/ Al Rmo Padre Maestro/ GIAMMATTISTA/ MINUCCI/ Dottore e Maestro di S. Teologia, Consultore della S. Congregazione delle Reliquie e delle Indulgenze, Esaminatore de' Promovendi al Vescovato, e Ministro Generale de' Minori Conventuali &c./ IN NAPOLI M. DCC. XXXXIII/ Con facoltà de' Superiori.

Na dedicatória, o autor presta homenagem ao P. Minucci, ministro geral e consequentemente sucessor do Seráfico Fundador da I Ordem Franciscana, à qual pertenceu Santo António.

A tiragem especial, acima referida, de igual número de páginas, mas impressa em papel de qualidade superior e formato maior (de que se conhece um único exemplar, pertencente à colecção antoniana do autor destas linhas), ostenta o seguinte frontispício: VITA/ DI/ SANT'ANTONIO/ DI LISBONA,/ Detto vulgarmente da PADOVA/ DELL' ORDINE DE' MINORI/ STORICA, ENCOMIASTICA, CRITICA./ Distesa da Fr. BONAVENTURA AMADEO DE CESARE./ de' Minori Conventuali, Dottore, e Maestro di S. Teologia,/ Diffinitore perpetuo e Consultore della S. Congregazione dell' Indice, Teologo della Sapienza Romana. &c./ UMILIATA/ A Sua Altezza Reale/ D. EMMANUELE/ INFANTE DI PORTOGALLO./ IN NAPOLI M. DCC. XXXXIII./ Con facoltà de' Superiori.

Deve notar-se que, contrariamente ao que se observa no rosto da edição original, o emprego das formas *di* e *da*, em relação à naturalidade de Santo António, não segue a norma geral do uso da preposição, pois deveria dizer-se *Sant'Antonio da Lisbona* (isto é, natu-

ral de Lisboa), *detto vulgarmente di Padova* (di Pádua por motivo diverso do nascimento).

A dedicatória é do seguinte teor:

ALTEZZA REALE

P. Amadeo S. P.

La prodigiosa singular Vita di Sant'Antonio il Taumaturgo una delle Stelle più rilucenti del nostro Serafico Ordine e Colonna più stabile di Chiesa Santa, di cui costantemente ne sostenne i Dommi colla Santità, colla Dottrina e colla frequenza nommai interrotta de' miracoli, sempre prodigioso vivo nommen che morto, morto nommen che vivo, viene da me umiliata a Vostra ALTEZZA REALE, mosso da doppio motivo: Perche il nostro Santo nacque, fu educato, fu erudito, e santificossi in cotesta Gran Metropoli di Lisbona, viene a riconoscere il suo naturale SOVRANO. E perche l'ALTEZZA VOSTRA, anni sono, si compiacque con tanta somma benignità convivere co' Religiosi del Santo presso l'Arca sua sacra, e in tutto quel tempo, per noi fortunatissimo, edificò e infervorò que' miei Correligiosi colla gran Pietà, e avvivò quella povera Città di Padova colle larghe limosine, e colle continue Carità, alle grande e sempre alla reale.

Per ogni ragione dedicare si doveva all' ALTEZZA VOSTRA questà Vita in cui leggerà le vostre belle sante Virtù ricopiate. E son certo che il nostro Santo si compiacerà da là dal Cielo di questo mio atto sì umile e sì doveroso, come securissimo del gradimento dell' ALTEZZA VOSTRA, e che lo riceverà come specchio a sempre più perfezionarsi e santificarsi. Col dono dunque gradisca anco la umile servitù del povero Autore, che coll' ossequio più rispettoso fa all' ALTEZZA VOSTRA profondissima riverenza.

Napoli: Da S. Lorenzo Maggiore 10 Novembre 1743.

Esta dedicatória é documento muito valioso para a biografia do Infante, pela autoridade do autor, figura de prestígio no meio religioso e literário italiano, que não condescenderia em lisonjear por interesse um príncipe, não merecedor de tão amplo e generoso elogio, e pelo que revela sobre o procedimento de um português de tão

V I T A
D I
SANT'ANTONIO
DI LISBONA,

Detto vulgarmente da PADOVA
DELL' ORDINE DE' MINORI
STORICA , ENCOMIASTICA , CRITICA

*Disfesa da Fr. BONAVENTURA AMADEO DE CESARE.
de' Minori Conventuali, Dottore, e Maestro di S. Teologia,
Diffinitore perpetuo e Consultore della S. Congregazione dell'
Indite, Teologo della Sapienza Romana. &c.*

U M I L I A T A

A Sua Altezza Reale

D. EMMANUELE
INFANTE DI PORTOGALLO.



IN NAPOLI M. DCC. XXXXIII.
Con facoltà de' Superiori.

Rosto da obra dedicada ao Infante D. Manuel

(Reprodução do único exemplar conhecido, pertenente à colecção de Júlio Eduardo dos Santos)

elevada linhagem precisamente num meio que ergueu, projectando-o para a glória universal, o nome de um dos maiores vultos nacionais.

Bonaventura Amadeo de Cesare, de Castrovillari, teólogo, orador, historiador e crítico, publicista de nomeada, consultor do *Indice* (dos livros proibidos pela Santa Sé), teólogo dos cardeais di Ruffo, T. Alemps, Fini e Sersalei, examinador sinodal, membro do Colégio dos Teólogos de Nápoles, etc., deixou impressas umas quinze obras, das quais a mais importante a *Ecclesia Vindicata seu Haereseologia in qua omnes errores haeresesque a mundi primordio ad haec usque tempora*, em 8 vols., os três primeiros publicados em Roma e os restantes em Nápoles.

A sua *Vita di Sant'Antonio di Padova* é citada por muitos autores. Domenico Sparacio alude às obras de Fr. Bonaventura, a pp. 61-62 do livro *Frammenti biobibliografici di Scrittori ed Autori Minori Conventuali degli ultimi anni del 600 al 1930* — Assis, 1931, mencionando-a sob o n.º 4. De toda a sua produção apenas se me deparou, em bibliotecas portuguesas, parte do monumental trabalho *Ecclesia Vindicata*, os três primeiros volumes, existentes em Mafra.

Quanto ao teor da dedicatória, registe-se a designação de «grande Metrópole» dada a Lisboa e o bem significativo louvor às virtudes de D. Manuel (o que seria de esperar), mas atenda-se sobretudo à revelação da sua convivência com os franciscanos junto do túmulo do grande Santo Português, edificando-os e afervorando-os com sua grande piedade. O que, porém, maior impressão deixa é o esclarecimento de que o Infante animou a cidade de Pádua «com largas esmolas e contínua caridade, à grande e sempre de forma real».

Da sua estadia no convento paduano ainda me não foi dado encontrar outros elementos elucidativos, o que talvez ainda venha a conseguir por novas pesquisas no seu vasto e precioso arquivo. Pelo exposto, porém, incontroversamente se demonstra que o tão caluniado príncipe sabia honrar Portugal em terras estranhas, e que muitas das suas largas despesas, que tanto contribuíram para apreciações pouco lisonjeiras a seu respeito, eram ocasionadas por elevados intuitos.

Nota de acentuado interesse é ser de 1743 a edição da obra que lhe foi dedicada, portanto nove anos posterior ao seu regresso a Portugal. É que não se apagaram rapidamente lá fora as boas recordações deixadas por D. Manuel, que também não esqueceu as distantes terras que visitara. Anos depois, o Infante, manifestando orientação de piedade e de apreço pela arte italiana análoga à de seu irmão D. João V, encomenda a um escultor dessa nacionalidade, Fr. Grimaldo (não obstante as dificuldades com que lutava, a que se refere documentação mencionada por vários investigadores) um belo crucifixo, para oferecer ao convento do Bom-Sucesso, de Lisboa, e que ainda hoje se vê encimando o rico e artístico retábulo da capela-mor da respectiva igreja.

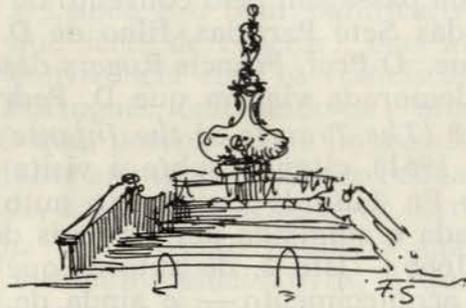
Venerando em Pádua de forma tão excepcional a famosa *Arca do Santo*, D. Manuel, além de piedosos sentimentos, manifestou o seu patriotismo, dando salutar exemplo aos Portugueses, tão useiros em limitarem a sua admiração pelo grande franciscano olisiponense a aspectos secundários ou de pura fantasia..., hábito que mereceu ao insigne Afrânio Peixoto, em notável discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, magoado reparo: «Ainda depois de setecentos anos, Santo António é, em Pádua, exclusivamente *il Santo*. Como lhe chamaram vivo, como lhe chama a posteridade, *o Santo*. Não há outro para os Paduanos. A basílica é do Santo, a praça em que se erige é a *Piazza del Santo*, a avenida que para lá conduz o peregrino é a *Via del Santo*. Os outros santos têm nome determinativo; o *Santo*, como se fora único, somente ele santo, é Santo António... Não é assim em Lisboa ou no Rio, em Portugal ou no Brasil, como é em Pádua, na maior parte da Itália, no sul da França. Esse Santo António que os outros admiram e veneram e proclamam é português, como nós brasileiros.»

A propósito desta atitude do Infante, não fica aqui deslocada pequena referência a outro príncipe português que, três séculos antes, deixou assinalada a sua passagem pelo convento de Pádua: o célebre Infante D. Pedro, o das Sete Partidas, filho de D. João I e irmão do Infante D. Henrique. O Prof. Francis Rogers descreveu os pormenores históricos da demorada viagem que D. Pedro fez por vários países, de 1425 a 1428 (*The Travels of the Infante D. Pedro of Portugal*, Massachusetts, 1961), citando sobre a visita àquela casa religiosa informações de Fr. Luís de Cacegas (o autor da *História de S. Domingos*, reformada e ampliada por Fr. Luís de Sousa) de 1623 e Jorge Cardoso de 1666 — isto é, de autores que escreveram dois séculos depois desse acontecimento —, e ainda de outros mais modernos: Pedro José de Figueiredo, o abade António Dâmaso de Castro e Sousa e Eduardo Freire de Oliveira. Em 1942, o mesmo Prof. Rogers, na introdução da edição crítica do *Libro del Infante Don Pedro de Portugal*, admitiu que é possível que tenha visitado Pádua; o facto ficou, porém, esclarecido posteriormente, sabendo-se agora que esteve no convento em 13 de Abril de 1428 e lá recebeu uma relíquia do Santo, que lhe foi oferecida com toda a solenidade. É o que consta de documento oficial — verdadeiro registo notarial da visita do Infante à igreja franciscana e da sobredita oferta. O documento conserva-se no Arquivo do Estado de Pádua (*Archivio notariale*, 2006, c. 61) e foi publicado pelo Prof. Paulo Sambin no artigo *Il dono d'una reliquia di S. Antonio a Pietro Principe del Portogallo (1428)*, inserto em *Il Santo*, revista antoniana de história, doutrina e arte, editada pelo Centro de Estudos Antonianos, ano I, fasc. 2, Pádua, 1961. A revelação do texto desse documento deu origem a desenvolvido trabalho, de muito interesse, do Dr. Francisco Leite de Faria, o. f. m. cap.: *A Visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do*

folheto que descreve as suas imaginárias viagens. Sep. da revista semestral *Studia*, n.ºs 13-14, Lisboa, 1964.



Que este apontamento, quase exclusivamente bibliográfico, constituído por pequeno excerto da documentação utilizada para a conferência de 26 de Maio, possa despertar interesse aos estudiosos da vida aventurosa do Infante D. Manuel, e mesmo da sua época, até agora insuficientemente analisada em muitos aspectos, e que, antes da conclusão do desenvolvido trabalho projectado pelo autor, surjam elementos mais valiosos do que os apresentados naquela prelecção: eis os melhores votos com que pode encerrar-se esta pequena contribuição biográfica.



Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.ª livros sobre todos os assuntos escritos nas principais línguas europeias

Damos informações bibliográficas e aceitamos encomendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo, 70 - 74

Telefones 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

Secção de revenda e armazéns

Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2

RECOLHIMENTOS DA CAPITAL *

BREVES APONTAMENTOS

reunidos pelo Dr. JOSÉ PINTO DE AGUIAR

1. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 35 108, de 7 de Novembro de 1945, foram os chamados *Recolhimentos da Capital* — o *Recolhimento de Santos-o-Novo*, as *Merceeiras de El-Rei*, de *São Cristóvão*, do *Grilo* e da *Encarnação*, integrados no Instituto de Assistência aos Inválidos, tendo-se estabelecido no art. 137.º do mesmo Decreto-Lei:

Os Recolhimentos da Capital destinam-se a fornecer habitação gratuita a viúvas ou filhas solteiras de oficiais do Exército e da Armada ou de funcionários civis que tivessem prestado relevantes serviços à Nação.

2. Alguns momentos de ponderada reflexão, sobre a natureza do esforço assistencial que nos foi confiado, serão suficientes para evidenciar a delicadeza do problema e, muito principalmente, as naturais e lógicas dificuldades que equacionam as soluções desejadas.

A própria assistência não é uma assistência vulgar, igual a tantas outras.

Excede-as, a todas, no grau de piedade, veneração e respeito exigidos pela qualidade das pessoas beneficiadas.

A maior parte do nosso público não sabe que as Senhoras que vivem nos Recolhimentos, sob a protecção do Estado, já tiveram situações económicas desafogadas, e, muitas delas, os seus nomes ligados a figuras militares ou civis, que prestaram à Pátria serviços distintos.

(*) Estes breves apontamentos foram distribuídos por ocasião da realização do *Primeiro Encontro dos Superiores Maiores das Ordens e Congregações Religiosas com Actividades de Saúde e Assistência*, realizado em Lisboa, de 14 a 19 de Fevereiro de 1966.

Viveram horas altas de entusiasmo e de beleza, acompanhando, como inspiradoras, os grandes feitos de armas em que se empenharam seus pais, seus maridos ou seus irmãos. E desta forma cooperaram directamente na obra de segurança nacional, prolongando a tradição das esforçadas Donas de Outros Tempos.

3. Através de breves apontamentos, detenhamo-nos, por instantes, a referir alguns aspectos da vida e história dos Recolhimentos da Capital, respeitando, tanto quanto possível, a sua ordem cronológica.

Trata-se dum conjunto «sui generis», em que os vários núcleos estão, ainda agora, instalados, na sua grande parte, em antigos conventos que, através de uma acção persistente e devotada, tem sido possível melhorar, valorizar e actualizar:

RECOLHIMENTO DE SANTOS-O-NOVO

O Mosteiro de Santos — ligado aos Santos Mártires, Veríssimo, Máxima e Júlia, cujas relíquias ainda agora se guardam, religiosamente, na igreja privativa do antigo mosteiro — teve seu início no sítio hoje denominado Santos-o-Velho, numa casa que D. Sancho II doara aos frades da Ordem de S. Tiago, passando a ser ocupada, depois, pelas filhas, mulheres e viúvas dos monges cavaleiros que se batiam em terras de Mértola e Alcácer, contra os Mouros.

Em princípios do século XIII, a casa converteu-se em Mosteiro de Comendadeiras da Ordem de S. Tiago, até que D. João II, em virtude das pequenas dimensões do edifício, mandou construir, em 1470, um outro Mosteiro, na Estrada de Xabregas.

A transferência das religiosas teve lugar em 5 de Setembro de 1490.

O acto revestiu-se da maior solenidade, tendo-se organizado uma procissão, que ali acompanhou os restos dos Santos Mártires, desde a sua antiga casa — a Igreja de Santos-o-Velho.

Porque o novo Mosteiro foi, a partir de certa altura, considerado pequeno, Filipe I fez colocar, em 9 de Fevereiro de 1609, a primeira pedra para a construção de um grande Convento, destinado às Comendadeiras de S. Tiago, concluído oitenta anos mais tarde.

E assim surgiu a actual designação de Santos-o-Novo, em oposição a Santos-o-Velho, onde o Mosteiro teve o seu início ⁽¹⁾.

Após 1834, as Comendadeiras mantiveram-se no edifício e neste se conservaram até que, pouco depois da proclamação da República, o segundo pavimento foi ocupado pela Escola Primária Superior de D. António da Costa, encontrando-se presentemente ali instalado o Instituto Sidónio Pais.



*Recolhimento de Santos-o-Novo
(Clausto e jardim)*

O primeiro pavimento foi reservado para o Recolhimento de Santos-o-Novo, no qual ainda agora vivem cerca de 40 Senhoras.

As Comendadeiras de Santos usavam manto branco, com a cruz de S. Tiago, bordada a vermelho, do lado esquerdo, tendo-se restabelecido a tradição de nele só poderem ser admitidas as Senhoras filhas ou viúvas de oficiais do Exército e da Armada ou de funcionários civis, condecorados com a Ordem Militar de S. Tiago da Espada.

⁽¹⁾ Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, t. 15, págs. 32-33

RECOLHIMENTO DAS MERCEEIRAS DE EL-REI

O Recolhimento das Merceeiras de El-Rei, fundado por D. Afonso IV, o «Bravo», do Salado, e por sua mulher a Rainha Dona Beatriz, teve primeiramente o carácter de hospício, destinando-se a recolher 24 pessoas, segundo se estabelece numa disposição real de 1343:

doze homens bons e doze mulheres de bons costumes fama e vergonha, que, havendo tido honra e alguma coisa de seu, caíssem depois em pobreza.

A instituição, que fazia parte das «Mercearias» da Sé de Lisboa, criadas por D. Afonso IV, não assentava, primitivamente, no sítio onde agora se encontra.

Em 1785, por ordem da Rainha Dona Maria I, foi construído o edifício da Rua Augusto Rosa, junto à Sé, para nele ser instalado o Recolhimento das Merceeiras, no qual só podiam ser recolhidas senhoras que recebiam «mercê» de El-Rei.

Daí deriva a designação dada ao Recolhimento.

Ainda hoje, mais de seis séculos volvidos, o Recolhimento se conserva fiel ao destino para que fora criado, abrigando 24 «Merceeiras», título que, todas, reivindicam, orgulhosamente.

RECOLHIMENTO DE S. CRISTÓVÃO

O velho Recolhimento do Amparo, ou de S. Cristóvão, como hoje é conhecido, está situado na Rua da Achada, junto à Costa do Castelo, dentro de um pátio, cujo portal ostenta uma lápide que se relaciona com a fundação da instituição.

Reza assim:

Louvado seja o Santíssimo Sacramento.
Este Recolhimento de Nossa Senhora do
Amparo é de meninas órfãs.
Padre-Nosso pelas Almas. 1610.

Atingido fortemente pelo Grande Terramoto, esteve, depois, durante quase dois séculos, abandonado à sua sorte.

Mercê de grandes e profundas obras de restauração e remodelação, que foi possível empreender, as senhoras que habitam no antigo Recolhimento de S. Cristóvão voltaram a viver, como outrora, num ambiente agradável, familiar e carinhoso.

RECOLHIMENTO DO GRILO

O Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo, mais vulgarmente conhecido por Recolhimento do Grilo, situado na Rua Direita do Grilo, ao Beato, é, sem dúvida, dos mais característicos, conservando, ainda hoje, sob o ponto de vista arquitectural, a sua feição monástica.



Recolhimento do Grilo

Foi este Convento dos Agostinhos Descalços (os frades grilos) — escreve, a propósito, Norberto de Araújo, nas suas *Peregrinações em Lisboa* — fundado pelo Padre Fr. Manuel da Conceição, que conseguiu para a obra as boas

graças da Rainha Dona Luísa de Gusmão, já viúva de D. João IV, e então Regente do Reino. Data de 1664 ou 1666, segundo alguns escritores. Tinha a invocação de Nossa Senhora do Monte Olivete⁽²⁾.

Extintas as Ordens, instalou-se na Casa o Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo, que antes estava na Mouraria, para aqui transferido em 1835.



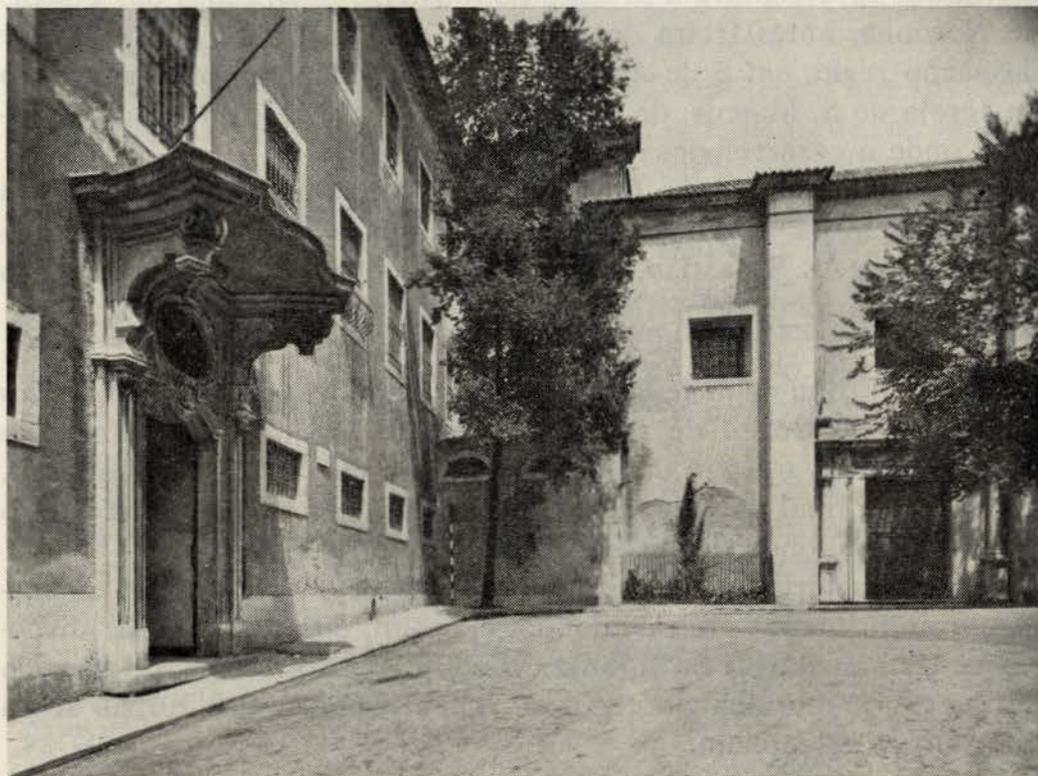
Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo (Grilo)
(Escadaria)

(²) Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, t. 15, pág. 64.

Este Recolhimento, que acaba de sofrer profundas obras de valorização, possui uma das mais belas escadarias de Lisboa, revestida de azulejos do final do século XVII, perfeitamente intactos, representando alguns passos da vida de S. Francisco de Xavier.

RECOLHIMENTO DA ENCARNAÇÃO

A Infanta Dona Maria, filha de El-Rei D. Manuel e de sua terceira mulher, a Rainha Dona Leonor de Áustria, que, com Públia Hortênsia de Castro, fundara a famosa Academia Feminina, não foi apenas uma figura literária do seu tempo.



Recolhimento da Encarnação

«Noiva tantas vezes prometida, mas sempre arredada dos esposais», formosa, culta e riquíssima, fora dotada também de delicada sensibilidade, que muito deveria ter contribuído para lhe estimular o fervor religioso e místico.

Além da fundação de grandes conventos: o consagrado a Nossa Senhora da Encarnação, a que especialmente nos vamos referir; o do Calvário, em Évora; o dos Capuchos Arrábidos, nos arredores de Torres Vedras; e dois outros, em Santarém, deve-se-lhe ainda a construção de um hospital para mais de uma centena de doentes, e, finalmente, a grande fundação religiosa de Nossa Senhora da Luz, em Carnide, onde dorme o sono eterno.

Em seu testamento, datado de 17 de Junho de 1577, determinara a Infanta que fosse fundado um mosteiro de religiosas, 25 das quais seriam nobres e as restantes «limpas de sangue».

O Real Mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação, da Ordem Militar de S. Bento de Avis, teve como primeira Comendadeira — era assim que se designava a prelada do Mosteiro — D. Luísa das Chagas de Noronha, antes freira do Convento da Esperança, nomeada por despacho régio, em 5 de Agosto de 1617, tendo prestado juramento na Igreja de S. Mateus, da Casa dos Condes de Monsanto, ao Borra-tém, onde a casa religiosa funcionou inicialmente.

Pouco tempo depois, D. Luísa de Noronha adquiriu, na encosta de Sant'Ana, os terrenos que foram pertença de D. Aleixo de Meneses, aio de D. Sebastião, e filho de D. Pedro de Meneses, primeiro Conde de Cantanhede.

Foi um filho daquele famoso político, também chamado D. Aleixo (arcebispo de Goa e de Braga, vice-rei de Portugal, no tempo do primeiro Filipe, e freira da ordem dos eremitas de Santo Agostinho), quem, já no final da vida, vendeu o terreno denominado o «Terreiro de D. Aleixo», onde depois se deveria erguer o mosteiro.

Só mais tarde, a 16 de Setembro de 1630, ali entraram solenemente as primeiras freiras, dando-se, assim, cumprimento às disposições testamentárias da Infanta. O edifício encostava-se, pela banda de dentro, à muralha da cerca de D. Fernando, cujas ruínas ainda hoje ali se patenteiam.

Havia, neste convento, três categorias de senhoras: as *religiosas*, as *moças de coro* e as *recolhidas*.

As primeiras seriam de nobre linhagem e eram de nomeação régia.

As *moças de coro*, que podiam depois passar a religiosas professas, usavam o manto branco com a cruz da Ordem de Avis, fre-

quentavam o Paço, onde entravam de *mantos a arrastar*, privilégio que só era concedido às embaixatrizes, e possuíam todas as honras inerentes ao título de «condessa».

Finalmente, as *recolhidas* eram aquelas senhoras que, sendo casadas, ali se abrigavam, enquanto os seus maridos estavam ausentes ao serviço de El-Rei, e, sendo donzelas ou viúvas, preferiam a vida claustral, sossegada e tranquila.

A Comendadeira era de eleição régia, precedida de consulta da Mesa da Consciência e Ordens, e sempre escolhida com a mais rigorosa atenção, por ter por súbditos pessoas de mais alta nobreza.

Com o Liberalismo, extintas as Ordens Religiosas, o Mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação perdeu, pouco a pouco, o seu carácter próprio, surgindo-nos, depois de várias vicissitudes, com a designação inexpressiva de Recolhimento da Encarnação.

Após a sua integração no Instituto de Assistência aos Inválidos, restabeleceu-se, desde logo, a tradição — que mais tarde um diploma legal viria a oficializar — de nele só poderem ser admitidas senhoras viúvas ou filhas solteiras de oficiais do Exército e da Armada, condecorados com a Ordem Militar de S. Bento de Avis.

Ainda por sugestão do Instituto, e para que igualmente a tradição se não perdesse, foram nomeadas, em 1960, por Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, novas *moças de coro*, que têm sempre lugar de justificado relevo, ao participarem nas grandes cerimónias conventuais.

Todos os anos ali se celebra uma festa religiosa, com a mais luzida pompa, por ocasião do oitavário do Corpo de Deus, organizada pela Irmandade das Escravas do Santíssimo Sacramento, a quem está confiada a igreja e a manutenção do respectivo culto.

Desta Irmandade fizeram sempre parte as Rainhas de Portugal, desde a Senhora Dona Maria Francisca de Sabóia, primeira mulher de D. Pedro, até Sua Majestade a Rainha Senhora Dona Amélia, as quais tomavam o título de «Escrava das Escravas».

A presidência da irmandade está hoje confiada à senhora Condessa de S. Lourenço.

No dia da festa, uma majestosa procissão percorre os claustros, ao som de cânticos litúrgicos, precedida das senhoras recolhidas e das *moças de coro*, estas com os seus mantos brancos, onde sobressai, como outrora, a cruz floreteada da Ordem de Avis.

No dia 18 de Julho de 1947, foi solenemente inaugurada uma pequena sala-museu — a «Sala da Infanta», como hoje é conhecida, na qual se reuniram, à volta do seu retrato, as condecorações dos pais e dos maridos das senhoras que ali se encontram recolhidas, além de outras relíquias e obras de arte.



*Recolhimento da Encarnação
(Moças de Coro)*

Numa das principais vitrinas procurou-se reconstituir um pouco da antiga vida conventual; numa outra, guardam-se alguns paramentos, feitos de um vestido da Infanta, segundo reza a tradição; em galeria separada, presta-se singela homenagem aos que deram a vida pela Pátria:

— Ao Tenente Manuel Maria de Bessa Monteiro, morto pela consolidação do Império, nas campanhas do sul de Angola;

- Ao Guarda-Marinha Carlos Elói da Mota e Freitas, morto no combate naval do Atlântico, ao lado de Carvalho Araújo;
- Ao Capitão João Pimentel Feio Ferreira da Silva, morto na guerra civil de Espanha, ao serviço de Deus e da Pátria.

4. Tivemos a preocupação de lhes dar uma resenha da história e vida dos Recolhimentos da Capital, a fim de melhor evidenciar como é possível manter a integridade e o aproveitamento de velhas instituições que, alguns séculos volvidos, se conservam, de certa maneira, fiéis ao seu destino.

Isto posto, perguntar-se-á:

— Mas como vivem as senhoras dos Recolhimentos?

Todas as senhoras vivem em economia separada, isto é, em casa própria.

Além de um subsídio, o Estado suporta, no todo ou em parte, as despesas de água, luz, medicamentos, assistência médica e de enfermagem.



*Recolhimento da Encarnação
(Terraço e Enfermaria da Rainha Santa Isabel)*

Promove-se-lhes, ainda, periòdicamente, a assistência a espectáculos públicos, a realização de festas, excursões, colónias de férias, etc., estando já a executar-se o primeiro programa de trabalho de Saúde Pública para pessoas idosas.

Criou-se, no Recolhimento da Encarnação, a «Enfermaria da Rainha Santa Isabel», destinada a receber as senhoras deste e dos outros Recolhimentos, quando doentes.

Inaugurou-se, há cerca de um ano, no mesmo Recolhimento, a «Casa de Santo António», onde são acolhidas as que, pela sua idade, estão impossibilitadas de se bastarem a si próprias.

Trabalha-se, neste momento, na organização da «Sala de Públia Hortênsia», uma das mais dilectas discípulas da Infanta, na qual nos propomos reunir obras de autores, nacionais e estrangeiros, em que se exalte a Mulher, na multiplicidade das suas virtudes.

E assim, respeitando a tradição, tem sido possível renovar e actualizar os métodos e processos assistenciais, assegurando, aquela, uma maior perenidade...

15-Fevereiro-1966.



António Guilherme Soromenho

cantor e violinista lisboeta

pele Dr. PAULO CARATÃO SOROMENHO

NAS palavras com que precedi, na 49.^a Sessão dos Colóquios Olisiponenses, em 16 de Julho de 1964, a apresentação do primeiro volume dos *Contos Populares e Lendas*, do Doutor Leite de Vasconcelos, na sede do Grupo «Amigos de Lisboa», informava os ouvintes e depois os leitores do boletim OLISIPO (quando ali foi publicada a minha comunicação, no número de Outubro seguinte) de que, em vez do tema tratado, pensara em fazer a narrativa da vida breve, do talento e da tragédia do músico lisboeta de há um século, António Guilherme Soromenho. Viera, porém, a imposição dos escrúpulos, lembrando-me que o tema era perigoso, pois que sendo o biografado meu tio-avô, poderia pensar-se que me aproveitava da generosa hospitalidade do Grupo aos seus associados e abusivamente imporia à delicadeza dos nossos consócios uma importunação talvez considerada sentimental. E por esse motivo substituíra o tema.

Entretanto outras circunstâncias surgiram, que me permitiram coordenar devidamente os elementos por mim possuídos sobre a figura notável desse parente e objectivar o tratamento do assunto, de modo que dele se possam tirar a lição social, a notícia necessária para a historiografia musical portuguesa, a evocação duma época em que o Romantismo, embora a entrar na decadência, ainda definia caracteres e se vinculava nas atitudes individuais e familiares, e a nota emotiva capaz de substituir a flor sobre a campa esquecida de um rapaz, cujo destino foi ser grande e desgraçado.

Falando-me dele, um membro da família, lembrando a traços largos a rápida passagem do artista pelo Mundo, onde conheceu a glória, embora passageira, das palmas e do nome nos jornais, teve os aplausos de todos — da crítica, dos mecenas, do público — viu realizado o sonho dos jovens talentosos de estudar em Paris, por antonomásia «a Capital das Artes», ganhou a protecção de dois monarcas generosos, e sofreu nos últimos tempos a luta terrível, e perdida, contra o mal, terminando a vida sozinho e sem dignidade — esse parente fez um comentário, decerto justo, mas infelizmente doloroso: «Foi um homem que viveu, apesar de ter falecido muito novo.» *Vivera* de facto, pois conhecera os altos e os baixos da existência, transformara-se numa estranha personagem de romance (quem o quisera escrever!), mas a dor dele próprio e de quantos o amaram foi pavorosa, por tristemente verdadeira. Dele ficou uma recordação já agora não mais prejudicada, pois a simpatia de que o rodearam permitiu duas ou três biografias escritas com o coração, e daí o terem sido reproduzidas ou dado azo a adaptações, deparáveis aqui e além⁽¹⁾.

Decerto o seu talento extinguiu-se consigo próprio, sem deixar mais do que a memória para os seus auditores, agora desaparecidos; só o poderemos apreciar pelo que se escreveu a seu respeito, através das frases elogiosas e de umas tantas informações aptas a elucidar-nos apenas por comparação. Ainda não aparecera Edison para fixar os sons e os ruídos, as harmonias dos homens ou da Natureza, pelo que a voz de António Guilherme e os acordes do seu violino emudeceram para sempre, há quase um século.

Ficaram, por bem, alguns retratos, dos quais um acompanha estes apontamentos⁽²⁾; os outros foram obtidos no fotógrafo lis-

(1) Duas citações acreditadas: «[Foi] notabilíssimo talento musical, que uma grande desgraça não deixou amadurecer.» (Ernesto Vieira); «Muitos outros professores e compositores se notabilizaram durante as épocas de que nos vimos ocupando: ... António Guilherme Soromenho (1845-1867)...» (Manuel Ribeiro).

(2) A fotografia de António Guilherme, que acompanha este estudo, foi tirada em Paris, em 1864, pelo fotógrafo Pierre Petit. Este artista publicou um curioso anúncio no livro que servia de guia aos turistas «Paris en poche. Guide Pratique illustré de l'étranger dans Paris et ses environs», de Henry A. Conty, para o ano de 1864. A legenda do anúncio merece transcrição para os apreciadores destas curiosidades... velhas. Reza assim: «Photographie des Deux Mondes. Pierre Petit. 31, rue Cadet, à Paris. Album de l'Épiscopat et du Clergé. Galerie des hommes du jour. Pierre Petit opère lui-même, 31, rue Cardet. Portraits, cartes de visite, reproductions.» Toda a lengalenga rodeia a figura caricatural dum fotógrafo com tão abundante cabeleira e emaranhada barba que fariam inveja aos jovens «modernos» dos nossos tempos.

boeta F. A. Gomes, muito estimado na época (tenho trabalhos dele nos meus álbuns de família), que se intitulava «de Suas Majestades», e que era realmente um técnico de valor: a decoração, que noutros nos faz sorrir hoje em dia, quando contemplamos os retratos formalistas — com os modelos «preparados» para a posteridade e num ambiente pretensiosamente arrumado — a decoração, dizia, do fotógrafo Gomes tinha bom gosto, pela composição e pela sobriedade.



António Guilherme Soromenho

Tendo mostrado uma das fotografias a um amigo meu, pessoa dotada de excepcional capacidade de observação e que nada sabia de António Guilherme, pedi-lhe que ma descrevesse. Fê-lo nos termos seguintes :

Na parte superior do rosto, a testa alta e vasta e o olhar sonhador denotam espírito de artista ou de pessoa invulgar; pelo contrário, na parte inferior, a boca rasgada e flácida, as commissuras dos lábios descaídas e profundas, as faces balofas são de pessoa débil e de fraca vontade, incapaz de resistir a influências perniciosas. A mão direita, que segura o arco do violino, confirma, pelo seu aspecto mole e sem energia, o que diz a parte inferior do rosto.

Ainda que não aceite totalmente as impressões, acabadas de ler, reconheço que é importante a observação do contraste entre a «linguagem» dos olhos e a da boca.

Uma irmã de António Guilherme, Ana Maria da Conceição⁽³⁾, natural de Lisboa, onde faleceu com 91 anos de idade em 1943, e que durante muitos anos foi professora particular de música, informou de que ele era de estatura regular, encorpado, moreno; usava o cabelo liso, penteado para trás, mas em Paris deixou-o crescer ao jeito, tão conhecido, dos artistas. Era naturalmente engraçado e alegre, mas tinha, por vezes, momentos inexplicáveis de tristeza, que o levavam ao isolamento: então ia para o sótão, onde estudava muitas horas seguidas; todavia normalmente convivia e trabalhava acompanhado; tinha índole boa e pacífica, e muita ternura por todos. Da sua vida sentimental apenas há notícia de uma mulher, que muito o amou, de quem, porém, se afastava, como de resto passou a fazer com amigos, parentes e conhecidos, logo que a desgraça o dominou irremediavelmente.

Se todas as famílias encontram o seu grande nome e o seu grande infeliz — a de António Guilherme teve nele a figura mais

⁽³⁾ Na primeira geração de músicos notaram-se os irmãos Manuel Martins Soromenho, flautista e professor, e António Jacinto Martins Soromenho, também flautista. Na segunda geração contam-se António Guilherme Soromenho, suas irmãs Adelaide Júlia (1848-1925) e Ana Maria da Conceição (1852-1943), ambas professoras de Piano e Canto, e sua prima Leopoldina Adelaide, filha de Manuel Martins, distinta pianista.

Depois deparam-se-nos duas sobrinhas de António Guilherme: Maria do Resgate Soromenho, neta de seu irmão José Joaquim, professora de Piano e Canto, e Maria Madalena Pereira Soromenho, filha de seu irmão João Bernardo, professora, pianista e organista, que se apresentou pela primeira vez em público em 1883 e de quem o *Diário Ilustrado* então escreveu: «...tocou como pianista já feita, embora com onze anos apenas.»

ilustre, que não chegou a proporcionar toda a luz irradiante do seu engenho, e nele se concentrou o destino fatal da sua gente: foi o herói e a vítima nos últimos duzentos anos da história da família.

Na nossa terra, apesar dos esforços das classes cultas, o amor pelo que pertenceu aos homens célebres só agora se está difundindo: a ignorância, o desleixo, o desinteresse, a falta de método ou de sentido de arrumação (e não querendo generalizar o problema, agravadíssimo nos dramáticos períodos da vida nacional, que têm danificado ou destruído os arquivos individuais, familiares ou de instituições) são causas primeiras no desaparecimento cruel da papelada e das recordações pessoais. No caso presente algo ficou, mas decerto bem menos do que deveria ser. O número de documentos ainda existentes é relativamente pequeno, e deles darei notícia, quando o mereçam; a rebeca, que D. Luís lhe ofereceu, foi vendida em 1897 à Casa Lambertini: com pena o digo, pois não só pela origem da oferta, como pelo significado, não merecia alienação; há ainda num estojo, em cuja tampa se lêem as iniciais A. G. S., forrado de seda branca, com leito para a fita azul e branca (para rodear o pescoço), uma medalha: ao centro — harpa circundada de dois ramos de louro, e legenda: «Premio da Escola de Musica»; no reverso: ao centro — escudo nacional coroadado, e legenda «Conservatorio Real de Lisboa»; os seus livros e papéis foram parar às mãos de um tio, Manuel Martins Soromenho (4).

(4) De Manuel Martins Soromenho fala-se na *Enciclopédia Portuguesa*, de Maximiliano Lemos e na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e com desenvolvimento no *Dicionário Biográfico*, de Ernesto Vieira. Após a referência a António Guilherme, diz de Manuel Martins: «Tio do precedente. Foi bom flautista, discípulo de José Gazul no Conservatório. Quando este faleceu em 1865 ofereceu-se para dirigir gratuitamente a cadeira vaga, oferecimento que o Governo aceitou. Sendo dois anos depois posta a concurso essa cadeira, Soromenho concorreu com António Croner ficando o resultado indeciso e anulado o acto. (Ver Croner). Vencido em segundo concurso, deram-lhe como prémio de consolação o lugar de professor de Rudimentos, lugar que exerceu até ser reformado. Faleceu em 12 de Abril de 1900.»

Sobre a história do concurso em que Manuel Martins foi vencido, leia-se o mesmo Dicionário no artigo respeitante a Croner (António José).

«Em 3 de Setembro de 1867 concorreu com Manuel Martins Soromenho ao lugar de professor do Conservatório dividindo-se nessa ocasião as opiniões sobre a aptidão dos dois concorrentes para aquele lugar; Croner executante brilhantíssimo de dedos ágeis, belo som, extrema vivacidade artística e perfeito aprumo, era todavia fraco teórico, mal ajudado pelas faculdades intelectuais; pelo lado teórico levava-lhe, portanto, incontestável vantagem o seu competidor, o que dava razão aos que o preferiam para o ensino. Enquanto aos impulsos das pessoas gradadas, que são entre nós a razão suprema, equilibravam-se as forças dos dois contendores. Por isso a votação do júri foi ambígua, dando unanimidade a Soromenho na parte teórica e maioria a Croner na parte prática. A este respeito debateram os interessados violenta polémica nos jornais «Popular» e «Revolução de Setembro», terminando-a o ministro com a anulação do concurso. Houve segundo certamen

Era ainda louvável costume, no século passado, manuscreverem-se os *livros de família*, onde se anotavam nascimentos, baptismos, casamentos, mortes, e em muitos casos as notas relativas a estudos, viagens, casos menos vulgares, tradições ou anedotas da «gens».



Manuel Martins Soromenho

no qual se apresentou também João Emilio Arroio, talvez com a ideia de ser o *tertius gaudet*; mas durante o intervalo já os ânimos se tinham acalmado um pouco e Croner obteve a maioria de votos sem mais escândalo.»

No livro de João Saguer, *História da Flauta e os flautistas célebres* (1940), a pp. 27 e 28, lê-se:

«O flautista José Gazul Júnior distinguiu-se por um som lindo, estilo largo e correcto, execução animada e expressiva. Por ser muito timorato a tocar a solo, nunca se dedicou a concertista. Foi músico da Casa Real, da Sé e excelente professor do Conservatório desde 1840, de vários amadores e dos artistas Alagarim, Soromenho e Ernesto Vieira, 1845-1915, etc.» «No nosso Conservatório a cadeira de Flauta regida por José Gazul e António Croner, foi depois ocupada por João Emilio Arroio. Sucedeu-lhe interinamente Manuel Martins Soromenho, falecido em 1900 e que já tinha corrido com António Croner, em 1867.»

Manuel Ribeiro nos *Quadros Históricos da Vida Musical Portuguesa* diz a p. 68: «Manuel Martins Soromenho, ajudante da aula de Rudimentos (1882).»

Bons tempos esses em que havia o orgulho do apelido e dos antepassados, em que *cada um* pertencia a *todos*! Nos nossos sabe-se (às vezes mal) quem foram os pais dos pais e esquece-se o nome familiar para adoptar nomes de baptismo, quando não de guerra: são as Marias Manuelas e os Antónios Franciscos de «si mesmos», como dizia certa pessoa de graça imediata, quando um dia lhe perguntavam *cujo era* um homem conhecido, mas desapelidado; e, além disso, desapareceram os baús e os sótãos...

No momento que decorre há *diários*, que não substituem os livros de família, e têm decerto o inconveniente de se encherem de tolices literárias e psicológicas, com prejuízo da informação objectiva e histórica. Graças a Deus, da gente de António Guilherme permanecem dois cadernos, principiando o primeiro em 16 de Outubro de 1826 e o segundo em 2 de Fevereiro de 1849, chegando este último a 1870 e pouco, e abrangendo ambos um noticiário, que se pode calcular por cem anos. É no segundo, que se encontra, escrita por seu pai, o despachante da Alfândega de Lisboa, António Jacinto Martins Soromenho, a biografia de António Guilherme, acompanhada de uma «Conta Corrente», de 1861, que constitui um curiosíssimo documento sobre preços, ordenados, pagamentos ocasionais, gratificações...

Qual o ambiente em que decorreu a infância e a curta juventude do artista? Pois, para resposta a tal pergunta, chega o momento das dificuldades desta redacção. O que até agora se encontrava numa arca, para lembrança das gerações do mesmo sangue, vem à luz clara do Sol a fim de, após selecção com propósitos objectivos, ser entregue à luz dos prelos — tão luminosa para os olhos como para a inteligência. E é necessário que seja assim, para que se cumpra a intenção desta biografia.

Localizemo-lo em família lisboeta da pequena burguesia de meados do século XIX, vibrante de entusiasmo pela generosidade liberal e pela liberdade generosa, e ainda temente a Deus, de Quem aguardava com a mesma segura confiança o perdão e o castigo. Por isso ao casal nasceram dez filhos, dos quais faleceram duas meninas ainda de tenra idade; dos adultos, duas raparigas e António Guilherme tiveram decidida tendência musical, já manifestada na geração anterior e continuada nas seguintes.

Foi o casal constituído por D. Maria Madalena da Conceição da Fonseca Cardoso Soromenho (de uma família de alguma notorie-

dade na sociedade lisboeta, alcunhada graciosamente de *Girassóis*, por certa imponência de aspecto e de vestuário), e, como disse, por António Jacinto Martins Soromenho, também de gente lisboeta de Alfama, pelo menos desde meados do século XVIII, na linha materna, e de berço algarvio, na linha paterna. Vale a pena observar que a nação alfamense tem vindo até os nossos dias, em oito gerações seguintes.

Não podiam ter sido ricos, segundo o que normalmente se entende por esse adjectivo, pois além dos filhos, o casal teve a seu cargo, durante largos anos, vários parentes. Conseguiram, no entanto, educar os jovens para a vida prática, dando-lhes preparação intelectual e educação artística — musical e plástica. E tanto basta, creio, para determinar-lhes o nível social: duas irmãs de António Guilherme foram professoras de música e dois irmãos foram despachantes da Alfândega de Lisboa.

Quando António Guilherme nasceu em 1845, seus pais haviam saído algum tempo antes de Alfama, da Rua de São João da Praça, para se instalarem no Campo de Santa Clara, n.º 100, 2.º-Dto., freguesia de Santa Engrácia. Era o terceiro filho. O nome que lhe deram foi resultado da junção do do pai com o do santo do dia, São Guilherme (10 de Fevereiro): de resto, esse processo de denominação já fora adoptado com os irmãos mais velhos, e manter-se-á com os restantes, a ponto de uma das raparigas se ter chamado Cecília da Penha de França, por motivos inteligíveis. Sistema bizarro, decerto, mas de profundo sentimento religioso. Depois, com os cuidados de homem inteligente, que reconhece as vantagens verdadeiras, António Jacinto teve a preocupação de vaciná-lo, como fez com todos os filhos, na Academia Vacínica, que estava instalada, nesse ano de 1846, no Largo de São Julião, n.º 6, tarefa realizada por um médico então muito conhecido em Lisboa, o Dr. Brignolle. E com pouco mais de quatro anos «foi para a Aula». Não se estranhe que me demore nestes pormenores: são apenas indicações sobre a vida diária, corrente na nossa cidade, pelo meio do século XIX.

Vejamos agora a sua escolaridade, que foi brilhante, embora, creio, prejudicada pela actividade profissional, começada cedo de mais, certamente. Parece ter havido a preocupação, desculpável quanto à vaidade dos pais e dos mestres, de trazer ao conhecimento do público o menino-prodígio.

Em 2 de Dezembro de 1853 (com oito anos e meses) entrou no Conservatório Real, para a Aula de Rudimentos de Música, cujo professor era então José Teodoro Higino da Silva, segundo a informação do *Almanaque de Portugal*, organizado por Luís Travassos Valdez. No ano seguinte fez exame da primeira classe (Abril), com aprovação, e da segunda classe (Agosto), aprovado com elogio; em Abril seguinte foi para a Aula de Canto, da Sé, e aí teve por mestre Domingos Benavente (1812-1876) e em Agosto prestou provas da terceira classe, no Conservatório, tendo sido aprovado e premiado com a Medalha de Ouro, com a qual compareceu nos Exercícios Públicos, em Outubro: o prémio e o diploma foram-lhe entregues em Novembro, este assinado pelo Conde de Farrobo, Presidente (seria antes Vice-Presidente, pois que Presidente Perpétuo era El-Rei D. Fernando), Francisco Xavier Migoni, Director (vid. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, sob a forma «Migone»), e Carlos da Cunha e Menezes, Secretário. Ainda neste ano lectivo de 1855-1856, começou com o estudo das disciplinas de Rebeca e de Francês; pelo que se depreende dos apontamentos manuscritos, dirigia a Aula de Rudimentos, nesta altura, o mestre Francisco Gazul (1815-1868), pois que este em Março (1856) o levou, a convite, a cantar pela primeira vez, a solo, na Festa de Nossa Senhora das Dores, julgo que na ermida das Dores, em Belém; não era, porém, o seu *baptismo* artístico, pois em Maio de 1854, dias 21 e 26, já entrara nos coros da ópera *Os Huguenotes*, de Meyerbeer, no teatro de São Carlos.

O convite de Francisco Gazul colocou António Guilherme, decididamente, no caminho do profissionalismo: dias depois, cantou os ofícios da Semana Santa, nas igrejas de São José e São Pedro de Alcântara. E ganhou 9\$430. Revelou-o e acompanhou-o o notável artista Joaquim Casimiro Júnior — que mereceu, neste Boletim (n.º 101, pp. 11-26) um valioso estudo do nosso ilustre consócio Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos. Soube aproveitar-lhe a excelente voz de soprano para o seu grande e difícil dueto de *Matinas de Quarta-feira Santa* (*Dicionário Universal*, de Eduardo de Noronha, devendo corrigir-se 1857 para 1856).

Cantou-o a duo (*Enciclopédia Portuguesa*, de Maximiliano de Lemos) com Carlos de Araújo (1843-1933, biografado, por exemplo, na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*), que veio a ser mestre de música da Patriarcal, e de quem me lembro, pois via-o

sentado, já muito idoso, à janela de um rés-do-chão, na Rua do Barão, onde faleceu.

Ernesto Vieira, no *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses* (Lisboa, 1900), diz:

Soromenho cantava esse dueto com Carlos de Araújo, produzindo as vozes infantis, mas hábilmente modeladas, dos dois rapazitos um efeito encantador, segundo o testemunho de quem os ouviu.

E a *Grande Enciclopédia*, s. v. «Araújo (Augusto Carlos de)» informa de que a Imprensa se referiu ao acontecimento. Diz um biógrafo que o maestro Casimiro compusera o dueto propositadamente para Soromenho.

Se as notas do pai do artista não enganam, este facto fundamental da vida de António Guilherme deu-se em 1856, como já declarei, e não em 1857, conforme indicam as obras impressas citadas, e ainda o *Dicionário Portugal* e decerto outras, insistência sem significado, pois terá havido influência de um possível erro inicial. A dúvida não seria difícil de desfazer, se as circunstâncias, no momento em que escrevo, me não impedissem. Deixo-a até como curiosidade, para exemplo do frágil testemunho humano...

Depara-se-nos, nesta altura, um período sem pormenores, talvez porque quer nos estudos quer na vida profissional nada haja de relevo, para além de um admissível progresso.

Em Novembro de 1857, foi admitido como menino do coro e cantor, na Sé, por «despacho espontâneo» do deão D. J. M. C. de Lacerda (quer dizer, o historiador e dicionarista, tão conhecido, D. José Maria de Almeida e Araújo de Portugal Correia de Lacerda), com o ordenado de 6\$600.

Os seus progressos no violino foram tais que em Abril de 1858, num benefício do seu mestre Filipe Joaquim Real (1817-1863), tocou a solo, pela primeira vez, no palco do Teatro do Ginásio, onde Real era primeiro chefe de orquestra, uma fantasia e motivos do *Trovador*, de Verdi, «e foi muito bem recebido pello Publico» escreveu o pai, ortografando o colectivo com maiúscula, num grato gesto de cortesia para quem lhe acarinhara o filho.

No Verão de 1859 apresenta-se nas Provas Públicas do Conservatório, em que toca o primeiro concerto de rebeca Bériot, e pelo que foi galardoado com o terceiro prémio da Escola de Música (10\$000), além de grande aplauso do público; repetiu este programa

em Março seguinte no Teatro de São Carlos e, está escrito no *Dicionário Portugal*, recebeu «os mais entusiásticos aplausos e calorosos elogios dos jornais.» Foi o concerto promovido pelo Montepio Filarmónico, cujo secretário semanas depois endereçou ao pai do artista a seguinte carta:

Ill.^{mo} Sn.

A Com.^{ão} Administrativa do M.^{te} Pio Philarmonico me emcumbe o honroso dever de agradecer a V.^a S.^a a coadjuvação que seu filho, o Ill.^{mo} Sn. Antonio Guilherme Soromenho, prestou a esta Com.^{ão} abrilhantando com o seu merito artistico o meio Beneficio a favor deste M.^{te} Pio, o qual teve lugar no Theatro de S. Carlos a 12 de Março do corrente. Esta Com.^{ão} faz todos os votos para que um Jovem tão esperançoso não desanime na carreira que encetou, e q̄ tão brilhantemente tem proseguido, o q̄ lhe não sera tão difficil com o abrigo do seu tão digno Professor.

D.^s G.^{de} a V.^a S.^a Salla das
Sessões 11 de Abril de 1860

Ill.^{mo} Sn. Antonio Jacintho Miz Soromenho

O Secretario

João Pedro Augusto do Rio de Carvalho

Um parêntesis. O maestro Manuel Ribeiro nos seus *Quadros Históricos da Vida Musical Portuguesa* (Lisboa, 1939), dá-nos esta notícia (pp. 29-30):

Terminada esta ligeira exposição respeitante à irmandade de Santa Cecília, falaremos do Montepio Filarmónico, cuja fundação data, como já dissemos, de 1834, com trinta e sete sócios fundadores. João Alberto Rodrigues da Costa apresenta um projecto de estatutos que foram aprovados em 21 de Abril desse mesmo ano. A sua instalação definitiva realizou-se a 4 de Novembro com o capital de 187\$300 réis, sob o título de «Compromisso do Montepio Filarmónico». Cresceu rapidamente o número de sócios, alguns dos quais transitaram da irmandade, à qual ficaram também pertencendo, razão pela qual, ficaram intimamente ligadas as duas instituições. Não sendo essa obrigação official, foram os estatutos reformados em 1843, sendo nessa altura elaborado o regulamento interno, que regulava o trabalho profissional dos sócios e lhes proibia convidar estranhos para os serviços religiosos; estabelecia tabelas de preços, etc. Nove anos depois da sua fundação, contava o Montepio cento e sessenta e um sócios e tinha em cofre um saldo de 5.143\$260 réis.

Já pois em 1860, no mês de Agosto, faz o exame final do Curso de Rebeca do Conservatório e recebe o diploma, cujos termos se reproduzem, pela curiosidade do estilo e da informação:

Conservatorio Real de Lisboa

Havendo Antonio Guilherme Seromenho — filho de Antonio Jacintho Martins Seromenho — natural de Lisboa, frequentado o segundo termo da Escola de Musica d'este Conservatorio Real de Lisboa na aula de Rebeca ouvindo e praticando as lições de sua obrigação, conforme os Estatutos e Regulamentos, se habilitou no anno lectivo de mil oito centos e cincoenta e nove a mil oito centos e sessenta, para fazer como effectivamente fez, exame das materias comprehendidas no curso do terceiro e ultimo anno do dito termo e tendo sido examinado pelo Corpo Cathedratico da Escola, este, attendendo ás informações do respectivo professôr, quanto ao bom comportamento, assiduidade e applicação d'este alumno; a ter concluido todos os estudos complementares d'esta disciplina, e ao cabal desempenho theorico e pratico dos pontos sobre que versou o exame, lhe deferiu approvação plena com elogio no anno de aperfeiçoamento, dando-lhe por terminado o curso da referida aula. E para sua satisfação e poder constar onde convier, se passou a presente que vai sellada com o sello d'este Conservatorio Real. Dada em Lisbôa aos vinte e oito de Agosto de mil oito centos e sessenta.

O Director da Escola
Antonio Porto

O Vice-Presidente
Conde de Farrobo

O Secretario
Carlos da Cunha e Menezes

O júri deu-lhe o primeiro prémio de Música (20\$250) e *por aclamação* (o que foi exarado na acta de 11 de Setembro).

O concerto de São Carlos foi talvez a chave que lhe deu entrada, na qualidade de primeiro rebeca, para o orchestra do teatro, em Outubro, vencendo 18\$000 mensais; pouco antes demitira-se, na Sé Patriarcal, dos seus empregos na sacristia e no coro.

O ano de 1861 revela-se como um dos mais activos do artista, no campo profissional. O pai passou a escriturar uma *conta corrente*, a que acima me referi, plena de interesse. Seria fastidioso transcrevê-la inteiramente, mas aproveitarei algumas notas, que admito como mais elucidativas da vida económica da época: de um solo no Café Concerto — 4\$500; dos concertos de Abril (cinco) — 3\$500, dos de Maio (onze) — 8\$400; da festa de Santo António na Conceição

Velha — 1\$140; da festa de 23 e 24 de Junho em São João da Praça — 1\$710; actuações no Ginásio (dez) — 9\$600; casaca, colete e calças para concerto — 23\$800; botas de polimento — 3\$000; dois chapéus — 4\$500...

Ora aquele operoso José Alberto Rodrigues da Costa, de quem falámos acima, aparece-nos novamente em cena, e ainda citado pelo maestro Manuel Ribeiro, na mesma obra, p. 30:

João Alberto tratava em seguida dos estatutos de uma outra associação, que, até então, funcionara secretamente sob a forma de loja maçónica, denominada *São João*, e que depois se intitulou *Associação Musical 24 de Junho*.

Nela entrou, como sócio efectivo, em Maio desse ano de 1861, o nosso jovem artista, pagando a jóia de ... 9\$600, o que parece bem violento para os preços de então, de que vimos exemplos há pouco...

Em 1862 fez concurso público no Teatro de São Carlos, tendo obtido o primeiro lugar, pelo que foi vinculado no lugar de quarto dos primeiros rebecas, com o ordenado de 24\$000 mensais, mas pagando *jóia de vinculação* — em termos concretos: 8\$640! Posteriormente, já no fim do ano, recebeu a carta-patente da Real Irmandade de Santa Cecília. Julgo que a entrada nesta associação era precedida de provas, mas não encontro referência a quaisquer prestadas pelo nosso biografado.

A sua actividade permanece intensa e com rendimento constante. Não pára: no final do Inverno de 1863 concorre para rebecca da orquestra da Sé, e entra com o ordenado mensal de 4\$200; no Verão, é examinado no Conservatório, com notáveis resultados, pois tem aprovação no 3.º Ano de Piano, aprovação plena e com louvor no 1.º Ano de Canto, aprovação plena no 3.º Ano de Harmonia, e nos Exercícios Públicos recebe o 3.º prémio da Aula de Canto (12\$000); toca a solo em muitos concertos, realizados em teatros e salões, colabora em benefícios e alcança grande êxito nos concertos populares, que se prolongam pelo ano imediato. Ernesto Vieira, como outros, escreveu que António Guilherme continuava manifestando:

... os constantes progressos que realizava no estudo. Ao mesmo tempo com o desenvolvimento da idade, apareceu-lhe uma linda voz de tenor que ele, imediatamente, soube empregar com arte, em consequência não só do talento musical, mas também da boa instrução que recebera na infância. Muitas pessoas suscitaram então a ideia de que fosse a Paris completar a educação artística.

Está a caminho do máximo da sua carreira e também da sua queda. Terá julgado que pouco falta para que todas as esperanças se realizem, as que mais terá acarinhado, e que seus pais e irmãos, amigos e admiradores mal se atreveriam a architectar.

El-Rei D. Luís convida-o a ir ao Paço da Ajuda, e aí executa uma peça de rebeca e duas de canto na presença da Família Real. O monarca, generosamente, anima o moço artista com as melhores palavras, e dias depois oferece-lhe um magnífico violino, com dois arcos, em estojo próprio, do fabricante Maucotel, de Paris. É com ele que participará no seu benefício de 5 de Abril, no Café Concerto.

Dentro de uma semana é iniciado «na L. . . União e recebo o gr. . . de M. . . Mac. . . no Gr. . . Or. . . de Port. . .». E no mesmo dia fez o concurso para a orquestra da Real Câmara, sendo aprovado em 2.º lugar (7 votos contra 8). Já no estrangeiro, receberá a notícia de que El-Rei o aceitara para o lugar de 1.º supra, com o ordenado de 41\$000.

Pelo programa reproduzido⁽⁵⁾ se vê com que cuidado e gosto preparou o seu benefício: nomes ilustres da arte dispuseram-se a colaborar, auxiliando assim o esperançoso colega. Foi um êxito completo, presenciado pela melhor sociedade de Lisboa, e que lhe rendeu 270\$00. O Dr. António Cabral, no seu *Eça de Queirós* (2.ª ed., 1920) descreve a sala do Café Concerto, nestes esclarecedores termos, ao evocar o grande acontecimento literário, que ali se deu sete anos depois — as célebres conferências democráticas do Casino:

No Largo da Abegoaria, a dois passos do Chiado, ali, no prédio em que se acha hoje instalado o estabelecimento de mobílias e estofos dos Srs. Barbosa & Costa, existia em 1871 o célebre Casino Lisbonense, antigo Café Concerto, que tinha sido inaugurado em 25 de Dezembro de 1857. No seu amplo salão de festas, que uma galeria superior ainda hoje guarnece e onde permanecem o relógio e os dois grandes e formosos lustres de há quarenta e nove anos...

(5) Os artistas, que coadjuvaram António Guilherme Soromenho no seu benefício de 5 de Abril de 1864, têm biografia em várias enciclopédias, como por exemplo na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, que pode servir de indicativo para quem deseje pormenores sobre eles: Emílio Lamy, Fábio Carrara, António José Croner, João Guilherme Bell Daddi, Pedro António Coppola e Galleazzo Fontana. De D. Judite Luizello tudo desconheço.

SALA
DO
CAFÉ-CONCERTO

TERÇA FEIRA 5 DE ABRIL DE 1864

GRANDE CONCERTO

DADO POR

ANTONIO GUILHERME SOROMENHO

Em que tomarão parte por especial obsequio a Ex.^{ma} Sr.^a D. Judith Luizello — os Srs. E. Lami, Daddi, Antonio José Gröner e Carrara; assim como os professores da orchestra que generosamente se prestaram a auxiliar o Beneficiado.

A ORCHESTRA SOB A DIRECÇÃO DE MR. LAMI
será composta dos melhores professores.

PRIMEIRA PARTE

- | | |
|--|----------|
| 1. ^o — Abertura da Opera Zampa pela orchestra | Herold. |
| 2. ^o — Setimo Concerto de Berist para rebecca, por Soromenho; acompanhamento de piano pelo Sr. E. Lami | Beriot. |
| 3. ^o — Cavatina da Opera Somnambula , cantada pela Ex. ^{ma} Sr. ^a D. Judith Luizello, acompanhamento de piano pelo Sr. Carrara | Bellini. |
| 4. ^o — Fantasia para piano, sobre a Opera Fingal , dedicada ao Mr. Coppola, pelo Sr. E. Lami | E. Lami. |

SEGUNDA PARTE

- | | |
|---|----------|
| 1. ^o — Abertura da Opera Zerlina , pela orchestra | Auber. |
| 2. ^o — Fantasia da Opera Somnambula , para flauta, pelo Sr. Antonio José Gröner; acompanhamento de piano pelo Sr. Daddi | Rabboni. |
| 3. ^o — Cavatina do Tenor na Opera, os Lombardos , cantada por Soromenho; acompanhamento de piano pelo Sr. Carrara | Verdi. |

TERCEIRA PARTE

- | | |
|---|----------|
| 1. ^o — Abertura da Opera Gazza Ladra , pela orchestra | Rossini. |
| 2. ^o — Polaca son vergin , da Opera Puritanos , cantada pela Ex. ^{ma} Sr. ^a D. Judith Luizello; acompanhamento de piano pelo Sr. Carrara | Bellini. |
| 3. ^o — Terceira Fantasia, original para rebecca, por Soromenho; acompanhamento de piano pelo Sr. E. Lami | Alard. |
| 4. ^o — Les Fusées-volantes , quadrilha de valsas pela orchestra | Strauss. |

O Sr. G. Fontana obsequiosamente prestou um piano de Herz, para este concerto.

Principia ás 8 horas e meia; o intervallo de cada parte será de meia hora.

PREÇO DE CADA BILHETE 500 RS.

Podendo garantir os logares sem augmento de preço, desde as 10 horas da manhã dos dias 4 e 5, até ás 7 horas da tarde dos mesmos dias.

Os bilhetes acham-se á venda no edificio do Café-Concerto durante os dias 4 e 5.

Entretanto fora admitido particularmente, por diversas vezes, na Sala do Piano do Paço da Ajuda, onde executou várias peças de música, alternadamente com El-Rei.

No dia 14 embarca no vapor francês «Navarre»; de manhã recebeu de El-Rei D. Fernando 225\$000, «a fim de ajudar as despesas do seu estado naquela Capital». Tinha 19 anos. E assim tão novo, não quiseram os orgulhosos pais que se perdesse por tão longes terras, e, com sacrifício, mandaram que o irmão mais velho, João Bernardo, então nos vinte e um anos incompletos, o acompanhasse. Era este um belo rapaz, saudável, ponderado, grave, que desde os onze trabalhava na Alfândega junto do pai e estava, portanto, ligado à vida prática; como António Guilherme dominava igualmente a língua francesa. João Bernardo iria «coadjuvá-lo nas suas apresentações naquela Capital», pensou e escreveu o pai.

Não é fácil, agora, saber qual a reacção dos dois rapazes perante a Paris de Napoleão III, que se transformava numa cidade aberta, ampla, enriquecida por obras de arte nas praças públicas e edifícios ricos e grandiosos a ladear os bulevares, substitutos das velhas muralhas, que a limitavam e enfaixavam. Encontravam-se, pois, na cidade que a civilização europeia considerava seu centro, foco irradiante da arte, da literatura, do pensamento, da alegria, e que numa ilusão (dentro em pouco dolorosamente destruída pela guerra de 1870) supunha dar leis ao Mundo. Era a cidade das academias e dos jardins, dos museus e das avenidas, das bibliotecas e dos bairros de tradição, das lojas e das esplanadas, dos teatros e dos restaurantes, dos clubes nocturnos e dos passeios no Sena, das construções antigas e dos palácios novos, das escolas e das diversões. Era a Paris — berço da que conhecemos hoje, cuja fisionomia uma política espectacular e de exterior transformava profundamente: restauraram monumentos, derruíram velharias, abriram ruas e plantaram parques, criaram escolas e inventaram divertimentos, descobriram as virtudes das exposições e os seus lucros naturalmente, as vantagens dos reclames e o chamariz das danças e dos cantos populares... quando exibidos ao apetite dos iludíveis sentidos humanos. Criou-se o *vício* de Paris, que chegou aos nossos dias.

É já impossível saber em pormenor como decorreram para os dois irmãos esses dias parisienses. Dado o carácter de João Bernardo, e na senda de uns vagos apontamentos que deixou, parece ter-lhe interessado o que Paris podia dar a espíritos como o seu: a beleza natural

valorizada pelos homens e representada pelo Bosque de Bolonha, o jardim das Plantas e o d'Acclimatation, e até, vamos lá, o Père Lachaise, e também pelos sítios de Saint Cloud e de Versalhes; a obra humana, como o Museu de Cluny, o Louvre, o Panthéon, o Hotel des Invalides, o túmulo do Imperador e a coluna Vendôme; e, quanto a distrações, apenas ficou a recordação das corridas no Bosque de Bolonha...

Não podia, porém, João Bernardo permanecer sempre junto do irmão. E no dia 29 de Junho de 1864 desembarcava em Lisboa do mesmo navio «Navarre», que o levava a França.

E António Guilherme ficou entregue a si próprio, sem quem o defendesse na fraqueza da sua vontade, sem quem o amparasse nas tentações. Já em Portugal, nos intervalos de São Carlos, manifestara singular atracção pelas bebidas espirituosas, tendência que se foi agravando, e que toma feições doentias em Paris. O absintismo tornara-se a consequência trágica do uso imoderado da bebida, fizera-se moda e dava aura romântica e moderna às suas vítimas. António Guilherme deixou-se prender pela onda avassaladora, mas a sua robustez física ainda o defendeu, por tempos, do mal.

Foi admitido na qualidade de aluno efectivo na Aula de Rebeca do Conservatoire de Musique et de Déclamation, na Rue du Faubourg-Poissonnière, 15, por concurso, em 21 de Dezembro. Estudou sob a direcção do professor Massard, que muito o considerava, a ponto de o propor a concurso dos exames públicos, no ano seguinte — concurso em que, de quarenta e oito concorrentes, apenas três alunos estrangeiros foram admitidos, acrescentando que os outros dois eram mais antigos (a classificação obtida por António Guilherme — *accessit* — era superior a *simpliciter*, *nemine discrepante*, e *aprovado*, e inferior a *distinção*).

Em 19 de Agosto de 1865 voltava a Lisboa, a ocupar os lugares na Real Câmara, na Sé Patriarcal e no Teatro de São Carlos. Contudo, já não era o mesmo rapaz alegre, confiante, feliz e animoso. Começava o calvário no próprio lar, pois a severidade do pai, apesar da sua ternura escondida, não lhe dava compreensão. Quando chegava dominado pela bebida, exaltado pela doença, de nervos destrambelhados, a dignidade ferida, a memória perturbada, os músculos cansados e doridos, a vista diminuída, pálido, envergonhado — não era admitido. Procurava refúgio em casa da irmã mais velha, onde um cunhado rude e violento lhe negava hospitalidade.

Passou a aparecer apenas de dia, quando o pai estava longe, a receber os carinhos e o perdão da mãe e das irmãs. De noite errava pelas ruas escusas, acolhia-se nas tabernas, pois evitava os locais, onde pudesse encontrar amigos e parentes.

Pouco há que contar, após o regresso de Paris. Semanas depois, o Patriarca D. Manuel I admitia-o como músico da Sé. Esteve no Porto, a 9 de Setembro, onde foi aplaudido. Receberam-no os Reis no Paço, e ali o escutaram com agrado. E não há *depois...*

O ano de 1866 apresentou-se sem história na vida de António Guilherme.

Num dia de meados de Agosto (o mês extraordinário de muitos dos seus melhores êxitos) de 1867 foi encontrado caído na rua e inconsciente, pelas dez horas da noite: na véspera, dia 15, fizera um ano que sua infeliz mãe entregara a alma a Quem lha dera. Foi conduzido para a enfermaria de S. Roque, no Hospital de São José, e já não recuperou a razão. Faleceu no dia 21, pelas três horas da madrugada.

As duas horas da tarde do dia em que faleceu, o vi pela última vez, estando já na cama mortuária, e aí o beijei e lhe lancei a última bênção...

diz seu pai e acrescenta outras frases, que são lamentos:

... nos últimos tempos da sua vida foi atacado por uma monomania cerebral, que lhe fez esquecer todos os deveres de homem e desconhecer-se a si mesmo, o que muito concorreu para lhe abreviar os dias;

Existiu 22 anos, 6 meses e 11 dias: chegou em tão curta idade a ocupar os primeiros lugares na sua profissão;

Durante toda a sua vida, eu e toda a família fizemos os maiores esforços e sacrifícios para o elevarmos à altura a que chegou; não quis, porém, a Providência que chegássemos a lograr tanta ventura... Resignemo-nos aos Decretos do Altíssimo e roguemos-Lhe pelo seu eterno descanso⁽⁶⁾.

(6) Em 13 de Setembro de 1867, os meninos do coro da Sé mandaram rezar missa de «requiem» e «libera me» por alma de António Guilherme.

O fabricante do violino, oferecido ao artista por El-Rei D. Luís, chamava-se Charles Adolphe Maucotel (1820-1858) e tinha oficina em Paris. Estas informações foram-me dadas pelo Ex.^{mo} Sr. Artur Fernandes Martins, da casa lisboeta Miguel R. & Martins — Luthiers Restauradores, que me disse possuir um exemplar, e acrescentou que um violino dessa marca deve hoje em dia vender-se por cerca de 12 contos. Renovo aqui os agradecimentos.

SANTA CATARINA DE LISBOA

no culto e na toponímia citadina

SINGELO APONTAMENTO OLISIPONENSE

por LUÍS CHAVES

I— Foi rica em Lisboa a toponímia de SANTA CATARINA; hoje, porém, está muito reduzida, e, mesmo assim, a toponímia actual deriva intimamente da antiga por grandíssima redução.

Afirma-nos o ilustre olisipógrafo Augusto Vieira da Silva que em Lisboa, antes da construção das muralhas fernandinas ou Cerca Nova, entre 1373 e 1375, havia uma ermida de SANTA CATARINA; ficava pouco mais ou menos, em referências actuais, entre o Largo de Trindade Coelho (antigo e ainda popular Largo de São Roque), pelo Norte, e o Largo da Trindade, a Sul⁽¹⁾.

A edificação da muralha nova, no percurso do primeiro largo até ao nosso Chiado, transformou o terreno e o aspecto humano de toda a zona militarizada. E foi por tal razão reedificada, embora integrada no vizinho *Convento da Santíssima Trindade*, a demolida capela⁽²⁾.

Em consequência da transformação local e por motivo da referência toponímica do sector da ermida, sem menosprezar o espiritual sentimento de justa reparação, e também por concordância com a toponímia já criada, as Portas da Cerca Nova, que abriam entre as

(1) A. Vieira da Silva chega a pormenorizar o local onde esteve a ermida.

(2) Augusto Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Lisboa, 1948, págs. 175-180. O Autor informa que nos arredores de Lisboa, ainda condicionada ao âmbito das muralhas da «Cerca Moura», com sortidas por elas protegidas, havia uma ermida, dedicada a Santa Catarina; ficaria entre os actuais largos de Trindade Coelho (anteriormente L. de São Roque) e da Trindade. Pelo lugar passaria o lanço das muralhas fernandinas entre o primeiro daqueles largos e o lugar onde ficaram as *Portas de Santa Catarina*.

duas actuais igrejas de Nossa Senhora do Loreto e de Nossa Senhora da Encarnação, frente a frente no que originaram o topónimo de «Largo das Duas Igrejas», tiveram desde princípio o nome de PORTAS DE SANTA CATARINA.

O que é a nossa Rua de Garrett foi, anteriormente, a RUA DIREITA DAS PORTAS DE SANTA CATARINA.

Independentes das Portas, mas, tais como elas, relacionados na invocação comum e topográfica de Santa Catarina, foram o ROSSIO (ou «ressio») DE SANTA CATARINA, a Sul do Convento da Trindade, de que dá sinal o nosso Largo de Rafael Bordalo Pinheiro, e também o agrupamento populacional entre esse «ressio» e a Rua das Portas de Santa Catarina, que era, por aposição toponímica a tudo quanto havia por ali a VILA NOVA DE SANTA CATARINA⁽³⁾.



No século XVI, reinando Dom João III, e com a Rainha Dona Catarina por devoção onomástica, foi erguida fora das Portas de Santa Catarina, mas em vizinhança muito próxima e fronteira, no alto ou cabeço ou cómoru (combro) de *Belver*, uma nova igreja em honra de Santa Catarina; do facto proveio para o local o novo topónimo de ALTO DE SANTA CATARINA e SANTA CATARINA DO MONTE SINAY. E é do «Monte Sinai», consoante a tradição hagiográfica de a virgem Catarina, mártir do imperador Maxêncio em Alexandria, nos começos do século IV (310?), ter sido levada pelos Anjos para o bíblico Monte Sinai, na Arábia, onde ficou depositado o cadáver.

O que não foi a antiga ermida de Santa Catarina foi-o agora a igreja da fundação real no cabeço a que transmitiu o nome; fundada em 27 de Maio de 1557, era arvorada em paróquia no dia 9 de Outubro seguinte, e principiou as suas funções paroquiais no dia

(3) Gustavo de Matos Sequeira, no vol. 1.º de *O Carmo e a Trindade*, Lisboa, 1939, transmite-nos notícias mais largas, embora lastime não haver informes de quem foi o fundador da ermida e em que tempo a ergueu (pág. 8). Dom Afonso III doou-a, assim mesmo, aos freires redentoristas da *Ordem da Santíssima Trindade* (págs. 7 e 78); serviu-lhes de centro de acção, a que edificaram por acréscimo um albergue para eles e uma enfermaria para doentes e peregrinos. Quando, pelas grandes obras de construção da CERCA DE DOM FERNANDO, a ermida foi demolida, os frades trinos, agradecidos, dedicaram a Santa Catarina uma das capelas da igreja do mosteiro (pág. 53).

1 de Janeiro, «Ano Novo», de 1560. Deu origem a topónimos correspondentes na sua zona residencial e nas vias de acesso.



Que resta da secular toponímia? Do sector das *Portas da Cidade* tudo foi substituído nos aspectos urbanos, arquitectónicos, topográficos, toponímicos, humanos e sociais. Até as Portas desapareceram. Tudo aí se transformou: o que o grande terramoto de 1755 arruinou, quando «caiu o Carmo e a Trindade», até o que o homem por si derrubou e transformou.

Da *freguesia de Santa Catarina* ainda a toponímia paroquial de Quinhentos continua tradição, história e presença. A freguesia permanece, mas, após várias vicissitudes, a sede paroquial não é já a mesma, visto que, por definitiva ruína e desaparecimento de quanto foi o templo quinhentista, passou para a igreja do convento setecentista (1647) dos *Paulistas da Serra de Ossa*. No dia 22 de Fevereiro de 1835 deu entrada solenemente na sede nova da freguesia o Santíssimo Sacramento, transferido da igreja de Santa Catarina do Monte Sinai; o orago foi e é o mesmo, mantendo na área inicial o justo título paroquial desta freguesia de Lisboa. De arruamentos conservam-se apenas a RUA DE SANTA CATARINA, que liga o Largo do Calhariz (ao cimo da Calçada dos Paulistas, hoje, oficialmente, do Combro) com o ALTO DE SANTA CATARINA, onde se elevou o primitivo templo, e é a nomenclatura mais directa da fundação. A ligação do Calhariz com o Alto faz-se todavia por intermédio da Rua do Marechal Saldanha. Por fim a TRAVESSA DE SANTA CATARINA vai da rua homónima à Calçada do Combro, próximo da actual sede da freguesia.



II — Ora, na capela da igreja do *convento* dos trinitários ou vulgarmente, por simplificação, *da Trindade*, estabeleceram os *livreiros de Lisboa* a sua confraria oficial.

Perguntar-se-á por que razão, entre as outras capelas erectas no convento, preferiram dedicar-se ao *culto de Santa Catarina*. Não é difícil compreender a decisão. A Santa foi advogada dos estudantes, filósofos cristãos, oradores, advogados, etc., dos cultores, portanto, da vida intelectual e seus «ofícios». Os livreiros, com seu ofício e na sua corporação orgânica, andavam ligados ao livro e à finalidade cultural por ele desempenhada⁽⁴⁾. A *confraria ou irmandade dos livreiros* tinha pois, como as dos mais oficiais dos outros ofícios, padroeiro próprio em templo ou capela privativos. Para eles, tal como os oficiais das mais especialidades, foi escolhido o orago mais adequado ao seu mister. SANTA CATARINA DOS LIVREIROS, na Irmandade dos Livreiros.

Mas, como seria de esperar, a Irmandade não ficou para sempre no convento. Compreende-se que no século XVI o ofício de livreiro tinha outra importância, em obra e expansão. Estava-se no Renascimento eloquente e representativo. Quem eram os *livreiros*, porém? Responda Júlio de Castilho:

Livreiros se chamavam em tempo antigo os artifices que *faziam* o livro, isto é, os que em letra bem visível e clara copiavam sobre pergaminho, ou papel, a obra do poeta ou do prosador. Era a palavra *livreiro* um adjectivo assubstantivado. *Scriptor librarius, librarius scriba*, chamavam os Romanos aos copistas; o que vendia os livros era *biblopola*. Depois, entrou a denominar-se o copista e o vendedor *librarius*, quer dizer: *livreiro*.

Desde a invenção da arte tipográfica, foi o industrial do cálamo substituído pelo compositor e impressor; mas, como a obra saía em folhas da oficina não é ainda o livro, a tarefa do brochador e encadernador é que forma o volume, ou o tomo. Esse ofício foi apelidado entre nós *livreiro*.

Hoje a palavra mudou de sentido; *livreiro* é só o vendedor...⁽⁵⁾.

A citação foi longa, embora necessária. Para mais informações há o recurso à mesma fonte, já que a aproveitámos. Não percamos, no entanto, a oportunidade, que nos dá, de notar que os «livreiros», segundo o afirma João Baptista de Castro, eram muitos em Lisboa, e arruavam, como os outros ofícios: o sector deles era na *Rua dos Livreiros*, na freguesia do Socorro⁽⁶⁾.

(4) Maxêncio rodeou *Catarina* de sábios, que a fizessem por convicção regressar ao paganismo. Ela, por sua vez, converteu-os ao Cristianismo. Actas hagiográficas o testemunharam, e a tradição ultrapassou os séculos. Por isso foi tomada por padroeira dos intelectuais.

(5) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga — O Bairro Alto*, 3.^a ed., vol. II, Lisboa 1955, págs. 287-288.

(6) J. de Castilho, *id.*, pág. 290.

A importância dos livreiros quincentistas exigia estância própria. Obtiveram-na da *Rainha Dona Catarina*, esposa de Dom João III. Ora *Simão Guedes*, vedor da Casa da Rainha, em 1557, era, nem mais nem menos, juiz da *Irmandade dos Livreiros*. Não admira que tenha sido um dos mais influentes instigadores da Rainha para a construção da igreja de *Santa Catarina do Monte Sinay*; principiou a obra no dia 27 de Maio desse mesmo ano de 1557. Teve a Rainha, e *Simão Guedes* também a seu favor, o conselho fundamental de *Frei Miguel de Valença*. Tão grande era a pressa interessada, para os fins óbvios, que no dia 25 de Novembro, ainda em 1557, o fidalgo animador, *Simão Guedes*, conseguiu realizar a solenidade litúrgica inicial na igreja ainda em obras; mas valia bem a decisão, se era esse o dia da *feira de Santa Catarina*, orago secular dos livreiros! Também influiu na fundação da nova igreja *Salvador Martel*, que teve o cargo de «Livreiro de El-Rei» e foi tesoureiro da Confraria dos Livreiros (⁷). Notemos bem esta concordância de circunstâncias oportunas, que decidiram a fundação da igreja paroquial de Santa Catarina, ao tempo fora de Lisboa e, por fim, integrada na Capital do Reino.

Uma das cinco irmandades, a funcionarem na igreja paroquial de Santa Catarina, era a *dos Livreiros da Cidade*. Em 25 de Agosto de 1567, recebeu a Irmandade novo compromisso, assinado pelo Cardeal Dom Henrique, então regente do Reino por ausência de El-Rei Dom Sebastião.



Arruinada a igreja de Santa Catarina pelo terramoto de 1755, a sede paroquial foi transferida para a ermida do Espírito Santo, que ficava na esquina da rua do Arco para a de S. Marçal, segundo informação de *Júlio de Castilho*, que ainda acrescenta ter sido «quase defronte da actual Academia Real das Ciências» (⁸), nas cercanias portanto da sede efectiva. A Irmandade ou Confraria,

(⁷) *Salvador Martel*, um dos fundadores do templo, que, em vida, foi tesoureiro da Confraria dos Livreiros, faleceu em 1582; foi então oferecida ao filho uma capela da igreja para o jazigo do pai. Gratidão de mérito.

(⁸) *Júlio de Castilho*, *id.*, pág. 319.

porque a Rainha fundadora da sua igreja «a doou aos livreiros desta cidade... os ditos livreiros, como seus *padroeiros perpétuos*, a fizeram à sua custa no anno de 1757», isto é a reconstruíram nesta data. Assim o dizia a lápide, que mandaram colocar por cima da porta da fachada do edifício, quando a ele regressaram. Transmitiu-nos Júlio de Castilho a cópia desta pedra documental e ao mesmo tempo apoteótica em sua simplicidade⁽⁹⁾.

Em 1835, parece que por motivo de incêndio, todavia não confirmado, foi transferida a sede da freguesia para a igreja do convento dos Paulistas, já deserta de seus senhores por determinação violenta de António Augusto de Aguiar, que expulsou de Portugal as ordens religiosas. Não podiam os confrades da Irmandade dos Livreiros, que não eram frades, evitar o facto nem a depredação que a sua igreja, de que eram «padroeiros perpétuos», sofreu afrontosamente. Reagindo, a Irmandade requereu à Rainha Dona Maria II a restituição da igreja, o que lhe foi concedido em 1836; assim, por Decreto de 6 de Julho deste ano, a Irmandade regressou à posse da sua propriedade secular.

Não se ficaram por aqui as vicissitudes da Irmandade. Os tempos não lhe corriam fagueiros. Entrara definitivamente em crise, que seria decisiva. Quatro anos após a restituição do templo aos Livreiros, surgiu a tormenta final, a fase para o desaparecimento da instituição, que tanto lustre teve desde o meado do século XVI. A sede da freguesia de Santa Catarina não regressara da igreja monástica dos Paulistas. Só a Irmandade dos Livreiros voltou à sede, que era sua.

Inesperadamente, em 1840, aparecia entre os bens nacionais, propostos a venda pública, a já tão arruinada igreja de Santa Catarina. A Irmandade não se submeteu a tal injúria. Reclamou perante o Governo. Este, por sua vez, consultou o Tribunal do Tesouro Público, do que resultou a Portaria de 31 de Janeiro de 1844, pela qual o Ministério da Fazenda mandou entregar de novo o malfadado edifício aos seus históricos «padroeiros perpétuos».

O edifício estava em grande ruína, e à pobre Irmandade faltavam recursos para os necessários e devidos restauros. Em sessão de 21 de Agosto de 1855, o irmão António Verol Sénior, livreiro pois,

(9) Id., *id.*, pág. 313.

propôs o recurso ao crédito e à benemerência, o que a Irmandade aprovou. Bem ela merecia o êxito da tentativa. Nada conseguiu, e viu-se obrigada em 1856 a requerer do Estado a necessária autorização para a venda do que lhe restava do seu passado esplendor. O Decreto de 17 de Junho desse ano, completado por Portaria de 30 de Julho seguinte, autorizou a requerida licença, para cúmulo ainda com a obrigação de empregar o produto da venda em inscrições do Estado, que de facto foi o único a tirar proveito da morte inglória da Irmandade dos Livreiros da Cidade de Lisboa, bem como a do templo de Santa Catarina, sobranceiro à vastidão do Tejo. Tudo aí desapareceu dos olhos da população. Apenas ficou a toponímia de ALTO DE SANTA CATARINA, completada pela das duas vias de acesso, atrás mencionadas. E não esqueça também o histórico adágio lisbonense de ir *ver navios do Alto de Santa Catarina*, ou na variante de aí ficar a vê-los.

O que pertencia à sede paroquial passou da igreja de Santa Catarina, primeira matriz, para a igreja conventual dos Paulistas. O que era privativamente da Irmandade dos Livreiros foi guardado, e pelo menos em parte ainda o está, num mísero cubículo da igreja da *Senhora da Lapa*, que era a igreja paroquial, na hora final da Irmandade. Aí, como o recorda Júlio de Castilho, foi Sousa Viterbo colher nos documentos da deserta Irmandade os documentos arquivados, dos quais se aproveitou para a exposição histórica, por ele publicada no número do *Diário de Notícias*, de 5 de Dezembro de 1892. E que é da igreja? ⁽¹⁰⁾.

Dá-nos notícia histórica o já mencionado autor dos estudos reunidos e publicados nos três volumes de *Dispersos*, editados pela «Biblioteca de Estudos Olisiponenses» da Câmara Municipal de Lisboa, Augusto Vieira da Silva.

Na origem está uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Lapa, acabada de construir no dia 21 de Dezembro de 1755. Teve anexo o seu Recolhimento de Órfãs Desamparadas. Nove anos passados, foi iniciada a construção de nova igreja com a mesma invocação mariana, e foi sede da freguesia de seu nome, desde 11 de Fevereiro de 1770 até 22 de Julho de 1886, data em que a sede passou para a Basílica do Coração de Jesus ou da Estrela, onde se mantém ⁽¹¹⁾.

⁽¹⁰⁾ Id., *id.*, págs. 287 e 325.

⁽¹¹⁾ A. Vieira da Silva, *Dispersos*, vol. I, págs. 282-283.



A *imagem* da primitiva ermida nos terrenos do Convento da Trindade, que figurava a feição medieval de Santa Catarina, foi levada para a capela da sua Confraria *no templo conventual*? Se não foi, como seria a que ali a substituiu? Não há notícia. Quando a Confraria ocupou a *igreja nova*, no cabeço que tomou dela o nome de Alto de Santa Catarina (do Monte Sinai), levou consigo a imagem da igreja trina? Falta informação. A representação havia de ser a mesma.

A imagem, que fora entronizada em seu nicho na fachada interior das *Portas de Santa Catarina*, ou seja voltada para a Cidade, e estava aí, quando as Portas foram demolidas, não desapareceu. Nem ela nem a que se lhe opunha para o exterior, esta a representar Nossa Senhora do Loreto.

«*Ambas as imagens* (informa Vieira da Silva), *que eram de pedra e posteriores à construção da cerca* (no último quartel do século XIV), *foram colocadas, no dia 1 de Junho de 1710, em nichos na fachada da Igreja de N. S.^a da Encarnação e, depois do terremoto de 1755, na igreja reedificada, onde se conservam*»⁽¹²⁾. E no mesmo lugar continuam ambas a estar.



Uma dúvida, porém, me acode agora! Pergunto a mim próprio: — a imagem titular das portas de cercas e de castelos era, por via de regra, colocada na entrada, ou seja para a campanha exterior; o protector da fortificação em cada entrada sê-lo-ia e mostrar-se-ia de frente a quem hostilmente a tentasse ou pacificamente a ela se recolhesse. Sendo assim, como estava a *imagem de Santa Catarina*, na face das Portas de sua guarda, *voltada para o interior*?

Se, demolidas as Portas, a imagem de Santa Catarina foi colocada na frente da igreja de Nossa Senhora da Encarnação, sobre a

⁽¹²⁾ Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, já cit. (cfr. n. 1), vol. I, pág. 179. E Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, cit. vol. II, pág. 62.

esquerda do portal, como afirmam os textos apontados, por que razão, depois da reconstrução da igreja, arruinada pelo terramoto de 1755, e repostas as imagens, lhes foram trocados os antigos lugares? Hoje está Santa Catarina do lado ocidental da fachada, isto é, no nicho que encontra primeiro quem, vindo para o Chiado, entra na Praça de Camões, ou, ainda melhor, dos lados de Santa Catarina do Monte Sinai, na área das Portas medievais. Onde está o equívoco e, se o houve, quando foi e por quem terá sido desfeito?

Como se sabe, a representação hagiográfica da Virgem Mártir Santa Catarina ou Caterina, tal qual vem da Idade Média, é a seguinte: *a personagem de pé, bem aprumada, tem por atributos alegóricos do martírio a espada, com que foi degolada, a palma do martírio, e no chão a roda de navalhas quebrada, a figurar o falhado instrumento do martírio a que fora condenada a vítima. Com elementos secundários, que a escultura não agrega, e a pintura pode apresentar por complemento alusivo, a regra é como fica dito.*

Na *Lisboa Antiga*, Castilho inclui a reprodução de uma gravura de Manuel da Silva Godinho, gravador de *beaucoup d'images de dévotion* (Raczynski), isto é de *registos de santos*⁽¹³⁾. Representa SANTA CATARINA no acordo com a súmula apontada⁽¹⁴⁾.

Ora os «registos de santos», visto que representariam sempre determinada imagem de devoção e crédito de fé, ofereciam-na como era ou seria no seu templo. Por causas várias, nem sempre era assim. A gravura de mestre Godinho, como lhe chamariam hoje, representava desta maneira: ao centro, hirta, serena, a imagem, envolta em sumptuosa indumentária; coroada e limbada, a Mártir de Alexandria apoia a mão direita, firme e confiada, na espada, de ponta fixa no chão, e segura na esquerda a palma do martírio e o livro aberto

⁽¹³⁾ Conde de Raczynski, *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, Paris, 1847, págs. 40, 113 e 273. Foi discípulo de Joaquim Carneiro da Silva, que fundou em 1769 uma escola de gravura, anexa à Imprensa Real (Raczynski, *id.*, págs. 39-41); repare-se na data, para avaliar a da imagem de Santa Catarina, gravada por Godinho, que raramente datou as suas gravuras.

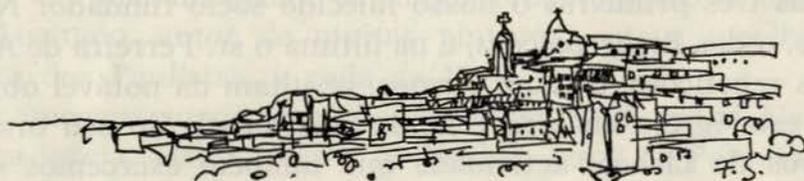
⁽¹⁴⁾ Júlio de Castilho, *id.*, págs. 292-293. — Na *Colecção de Registos de Santos*, formada de quatro grandes volumes, organizada por Aníbal Fernandes Tomás, existente no Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcellos, em Lisboa, há, entre muitas mais, cinco estampas de «registos», com a imagem de Santa Catarina do Monte Sinai, de Lisboa, com a respectiva referência; no *Catálogo Geral*, vol. III, «Imagem de Santa Catharina, Monte Sinai, de Lisboa», quatro exemplares diferentes, três deles coloridos; e um de «Santa Catharina do Monté Sinay (Lisboa Occidental)», vol. III, respectivamente em fols. 28 e 155.

da sua sabedoria: no chão, abandonada, também deste mesmo lado, a roda de navalhas. Por cima, numa fita, desenvolve-se a legenda: *Imagem de S. Catarina q. se venera na igr[eja]. do Monte Sinai de Lx.*

No entanto, o gravador vivia na segunda metade do século XVIII. A imagem, apesar de quanto significava, era já do século anterior, não correspondendo em arte às exigências estéticas do tempo dele; foi portanto representada, não como era na realidade, mas conforme deveria ser no tempo do artista, isto é como ele a sentia.

Quando a *Irmandade dos Livreiros* desapareceu em pleno século XIX, a imagem da sua padroeira provinha duma feição artística há muito ultrapassada. Querida por eles? Não se discute. Ainda hoje, estofada de novo, recomposta de sinais de abandono e desprezo, ressurgiria do seu recanto escuso, na memória do que foi e ainda pode voltar a ser.

Ela não desertou. Os homens é que desertaram. Onde a imagem-símbolo está, sabe-se. E eles, os homens?



COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58

• Telef. 32 86 63

• LISBOA

APONTAMENTOS PARA A VISITA
DOS
«AMIGOS DE LISBOA»
À IGREJA PAROQUIAL DE
SANTA CATARINA

pelo Doutor EDUARDO NEVES

É esta a quinta visita que os «Amigos de Lisboa» promovem à igreja paroquial de Santa Catarina de Lisboa, tendo sido as anteriores em 1939, 1941, 1945 e 1956. Foram cicerones nessas visitas, nas três primeiras o nosso falecido sócio fundador Norberto de Araújo, o das *Peregrinações*, e na última o sr. Ferreira de Andrade.

Estas repetições, de aqui virmos, resultam da notável obra artística que esta igreja encerra e ainda a afinidade do seu orago com os livreiros de Lisboa, actividade que também exercemos «in partibus».

Esta igreja fundada em 1647, reconstruída no final do século XVIII e tendo sofrido vários restauros, é paróquia desde 1559; com o orago do Santíssimo Sacramento para aqui veio depois de ter estado na igreja de Santa Catarina do Monte Sinai, no alto do mesmo nome.

O local era povoado por várias olarias que José Queirós indicou na sua obra *As Olarias de Monte Sinai*. A Irmandade dos Livreiros administrou desde 1560 essa egreja e ao ser transferida a sede paroquial para esta igreja do Convento dos Frades Paulistas trouxe para aqui a imagem primitiva da sua padroeira, que fez substituir o nome do orago da freguesia.

Após o terremoto a Irmandade esteve na ermida existente na Rua da Prata, onde depois foi a Livraria Pires e hoje está o Photomaton.

Na descrição do templo onde estamos seguiremos o referido no *Inventário de Lisboa*, da direcção de Norberto Araújo e do seu continuador Dr. Durval Pires de Lima. No fascículo XI, ilustrado com belas fotografias, a igreja vem descrita com pormenor. Notável edificio, considerado monumento nacional, é um exemplar típico da arquitectura seiscentista e o seu interior apresenta notável decoração e talha dessa época e alguma escultura de madeira, também coeva. Últimamente foi de novo restaurada e o seu órgão também sofreu acentuada reparação. São autores dos estuques João Grossi e Toscanelli; da pintura, Bento Coelho da Silveira e André Gonçalves, sendo o tecto da capela-mor de António Rolin, onde nas paredes se vêem quadros de Vieira Lusitano, da época em que esteve recolhido neste Convento dos Paulistas. O convento que se segue ao edificio da igreja é vasto e nele se aloja uma Companhia da Guarda Nacional Republicana e uma sala de biblioteca, réplica reduzida da de Mafra e que pertence ao Ministério do Exército. Nela funcionou a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos.

A capela-mor, separada da nave por uma teia de pau santo e mármore, convida à meditação e ao exame pormenorizado das suas pinturas, das suas imagens e da sua decoração, sendo de lembrar que Vieira Lusitano, autor de muitas pinturas, esteve recolhido neste Convento dos Paulistas, à roda de 1730.

Das imagens supõe-se que a de Nossa Senhora da Nazaré veio da antiga igreja, assim como a do Senhor Jesus da Pobreza, de mármore, tendo a rodeá-la as imagens de Nossa Senhora, Santa Maria Madalena e São João.

A de Nossa Senhora da Atocha foi oferta do ceramista espanhol Gabriel del Barco, em 1681; nesta capela há uma tábua gótica com retoques de ouro.

Toda a talha desta igreja é de referir, mas devemos anotar em especial a obra de arte, de madeira, do altar de Cristo crucificado, existente no coro e que se vê da nave central da igreja. O magnífico órgão, que lhe está próximo, é peça de respeito pelo trabalho de ornamentação e pela sonoridade; parece ser da época da reedificação da igreja.

Num velho folheto, entre muitos, referentes a Lisboa, que conservo, e era de meu Pai, se relata que um soldado da Companhia da Guarda Nacional teria sonhado que numa parede da sua caserna estava entaipada uma imagem do Senhor Jesus do Patrocínio. Acre-

ditou-o o seu capitão que, mandando proceder a pesquisas, encontrou uma enorme imagem de madeira, que deu origem à Irmandade do Senhor Jesus do Patrocínio, que esteve instalada na igreja dos Caetanos, na capela das Mercês e, ultimamente, na ermida dos Fiéis de Deus, anexada à Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda. A imagem estava, ainda há pouco, do lado direito de quem entra, no chão, dada a sua grande altura.

A igreja dos Caetanos foi demolida para dar origem às instalações do Conservatório Nacional; a capela das Mercês está hoje profanada e foi propriedade da Casa Pombal, onde estiveram durante muitos anos os restos mortais do 1.º Marquês, actualmente na igreja da Memória, em Belém.

Recordo, ainda aluno do Liceu Passos Manuel, as minhas peregrinações, com meu falecido Pai, membro da Direcção da Irmandade, de que hoje também sou irmão, à Casa do Despacho dos Fiéis de Deus, onde comparecia um velhor andador, figura típica do Bairro Alto, que andava sempre de sobrecasaca e chapéu de coco, indumentária que lhe era oferecida por o Juiz da Irmandade, um senhor Coutinho, chefe de Repartição do Governo Civil. Não fica mal, nestas visitas inter amigos, recordar pequenos factos que, de alguma maneira, autenticam o que de memória vos relatei.

Anotemos para a pequena história da freguesia que na nova organização das áreas das freguesias de Lisboa o Alto de Santa Catarina não pertence à área desta freguesia e que actualmente nos anexos da igreja estão instaladas várias secções da Obra Social que o Reverendo Pároco tem acarinhado: biblioteca, escuteiros, posto clínico e obra assistencial.

São de reiterar ao Reverendo Pároco os agradecimentos pelas facilidades concedidas na nossa visita.

ALFAMA VISTA DO TEJO⁽¹⁾

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

A PÓS os cumprimentos devidos aos Ex.^{mos} Consócios Amigos de Lisboa, e continuando a descrição do panorama lisboeta que a nossos olhos se vai desenvolvendo — direi algo sobre o sítio de Alfama, embora sem o brilho e a erudição do orador antecedente, Ex.^{mo} Senhor Doutor Eduardo Neves. Numa rápida referência às origens direi da fertilidade do lugar, ainda hoje documentável pelas árvores, que em cada bocadinho de terra encontram berço e fartura, e nas nascentes abundantes, que vieram a ter funções baptismas na toponímia. De longas eras nos chegam notícias da habitabilidade local, pois lá se depararam aos desvendadores do Passado recordações neolíticas. Contudo, a Alfama que nós hoje contemplamos é moura, não apenas no nome, que tem significado plural — as termas —, mas também na estrutura, pois quem visite com olhos de ver um casbá norte-africano há-de notar com inesperada admiração a semelhança: ruas de traçado indizível, arcos e esquinas, recantos e escadinhas, pátios e portais, janelas e gateiras, ressaltos e terraços, mirantes e paredes... Até o nome — já o dissemos — nos lembra a presença aqui desses lisboetas dos séculos VIII ao XII.

A Alfama que começa a mostrar-se-nos não tem oficialmente significado. Corresponde nas bocas do povo a um espaço que se limita assim: Rua das Canastras — Sé — Limoeiro — Santa Luzia — São Tomé — Escolas Gerais — São Vicente — Santa Clara — Santa

⁽¹⁾ Palavras proferidas pelo autor, no passeio pelo Tejo, em 13 de Junho do ano decorrente.

Engrácia — Museu Militar. A gente do sítio é que sabe. Se perguntamos a alguém, na periferia, onde fica Alfama, dirá: «É aí para baixo»; se a pergunta for a quem se encontre já no anfiteatro será respondida: «É aqui». Podemos considerá-la como ocupante, *grosso modo*, das freguesias de São Miguel e de Santo Estêvão, e dividi-la em Alfama do Mar, como lhe chama Norberto de Araújo, e Alfama do Alto — chamo-lhe eu, atrevidamente.

A «inesgotável Alfama» (*Lisboa Antiga*), a «nossa garrida Alfama» (*Galés de El-Rei*) — assim disse dela o grande Júlio de Castilho — vai definir-se-nos: por detrás desse edifício, que nós, os de mais de... vinte anos, conhecemos como sede da Alfândega, fica a rua que lhe conserva, agora por tradição, o nome, onde se ergue um monumento nacional de alta evocação: o templo de Nossa Senhora da Conceição — por antonomásia, a Conceição Velha — que nos fala das Misericórdias, de D. Leonor de Lencastre, do Papa Leão X, da Senhora do Restelo, da escola de escultura de Mafra, de Machado de Castro, Deus sabe! Segue-se o antigo Terreiro do Trigo, a Casa dos Bicos, ligada a Brás de Albuquerque, o filho do Herói, a Casa das Varandas, os velhos palácios — este de escadas já representadas em gravuras bem antigas, aquele com um portal riquíssimo de pedra, o outro que recolheu o Duque da Terceira, esse da Viscondessa da Abrigada, o palacete burguês e feérico do Chafariz do Rei; os olhos perdem-se nas alturas para adivinharem o templozinho de Santo António, a Sé que foi até o século XIX um verdadeiro cartaz de Lisboa (depois substituído pela Torre de Belém), o sítio das Cruzes, onde terá nascido D. João I, o Limoeiro trágico, Santa Luzia que promete visão maravilhosa, as pedras castrejas de São Jorge, o monte de São Tomé, a imponência de São Vicente; descem os olhos para as torres de São João da Praça e de S. Miguel, a modéstia aparente de Santo Estêvão, o nobre equilíbrio do edifício da Alfândega actual, o Museu Militar, e agora, como novidade no panorama lisboeta e alfamense — a cúpula de Santa Engrácia, a que se juntam, para moderna feição do sítio, as antenas da televisão! E que mais? O muito que falta tem de se fantasiar. Em grande parte contemplámos Alfama como as crianças desenham os vasos de flores: com representação das raízes, que ninguém vê, mas que elas sabem existir lá.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA URBANIZAÇÃO DO CAMPO DE SANTA CLARA

Conforme comunicações do
Eng. JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS

A conclusão do grandioso monumento de Santa Engrácia, com destino a Panteão Nacional, deu oportunidade a desenvolvidas considerações sobre a urbanização do Campo de Santa Clara, apresentadas, nas sessões de 28 de Abril e 17 de Julho do ano em curso dos *Colóquios Olisiponenses*, pelo vogal da Junta Directiva Eng. Júlio Eduardo dos Santos. No final da segunda dessas reuniões estabeleceu-se animada troca de impressões, entre os numerosos sócios que a ela assistiram.

Inserese a seguir resumida síntese das ideias expendidas pelo orador, que — segundo nos consta — projecta divulgar na íntegra o seu trabalho, em edição de sua inteira responsabilidade.

I — UM SONHO TORNADO REALIDADE

É bem conhecida a história da igreja de Santa Engrácia, que se manteve inacabada durante três séculos e deu por isso origem à pejorativa frase *como as obras de Santa Engrácia...*, aplicada a iniciativas que nunca atingiam seu termo. A arrojada atitude do Governo, traduzida na conclusão do majestoso edifício, além de enobrecer a cidade de Lisboa e mesmo valorizar muito o património artístico nacional, apresenta assim uma faceta que não é despiciendo acentuar: repelir injusto apodo que feria os Portugueses, mais diligentes do que ele fazia supor...

O orador enalteceu o critério seguido no grande empreendimento, tendo esclarecido que só em 1956 se encarou firmemente a efectivação do propósito de destinar o edifício a Panteão Nacional

que, em virtude de lei expressa, datava, aliás, de 1916. Por diplomas anteriores, um de 1907, outro de 1910, fora já essa igreja, embora incompleta, considerada monumento nacional.

É curioso notar-se que, desde o tempo de D. Maria II, se pensava em criar um panteão. Talvez a escolha deste monumento para tal fim — adoptada em 1916, como acaba de ver-se — tenha provindo da sugestão de Ramalho Ortigão, lançada vinte anos antes no estudo *O Culto da Arte em Portugal*. Poucos autores — decerto nenhum antes dele — se impressionaram tão profundamente pela maravilha de Santa Engrácia, que o mesmo escritor cognominou de «o mais belo dos nossos monumentos do século XVII» e que viria a ser, quando concluído, «um dos mais imponentes edifícios da Europa».

Em 1963 foi tomada a decisão de acabar as obras, que decorriam morosamente por deficiência das dotações anuais. Assim, foi possível, em restrito espaço de tempo, completar a cornija de remate do terraço, a respectiva e elegante balaustrada e, como empreendimento de maior vulto, construir o majestoso zimbório no centro do grande imóvel, além de executar muitos restauros e mesmo cuidar da valorização do conjunto em pormenores, que anteriormente não tinham sido previstos. A Câmara Municipal tomou o encargo do arranjo urbanístico da zona envolvente.

Louvou o prelector a elegância do zimbório, fazendo a propósito comparações com os da Estrela e de Mafra, referindo-se à beleza do «tambor» oitavado, riquíssimo em face do da Estrela, e às adequadas proporções da cúpula pròpriamente dita e respectivo lanternim. Manifestou, contudo, o parecer de que a sua ornamentação externa, com recurso a uma ou até duas ordens de óculos, se valorizaria, à semelhança do que se nota nos dois zimbórios acima mencionados, ambos do século XVIII, é certo — pormenor que se apresenta porém em outros anteriores, não só do século XVII, a que remonta o edifício, mas mesmo de épocas antecedentes. Esta observação — disse — não diminui a sua admiração pela obra executada.

Enfim, tornou-se realidade um grande sonho! O voto formulado pelos «Amigos de Lisboa», através da autorizada palavra do falecido architecto António do Couto, em conferência proferida em 20 de Abril de 1944, na sede do Grupo, concretizou-se brilhantemente. Admirando este majestoso templo depois de terminado, fazendo parte de excepcional trilogia — Sé, S. Vicente e Santa Engrácia — abrigada pela vetusta alcáçova de S. Jorge, perguntou aquele artista: «Não nos julgaríamos transportados a Roma, visitando o panteão de Agrippa?». A sua conclusão, frisou ainda o mesmo distinto e saudoso técnico, «daria não só honra ao País, mas a quem a mandasse executar».

II — GLÓRIA E VICISSITUDES DE UMA GRANDE FREGUESIA

O Campo de Santa Clara — conforme com propriedade tem sido notado — possui vasta e muito variada história, que lhe dá distinto lugar logo a seguir ao Terreiro do Paço, Rossio e antiga Ribeira. No seu passado, como no seu presente, ocupa lugar primacial quanto respeita a Santa Engrácia: ao actual monumento, às igrejas que o precederam e à paróquia da mesma invocação. Como pode conceber-se — disse o prelector — que esta freguesia tenha sido privada da sua parte mais característica? O assunto justifica — acrescentou — especial comentário, embora ele transcenda, em rigor, o objectivo desta sua intervenção nos *Colóquios Olisiponenses*.

A criação da freguesia de Santa Engrácia deve-se à célebre Infanta D. Maria (1521-1577), filha de D. Manuel I e de sua terceira esposa, a Rainha D. Leonor, irmã de Carlos V. Dado o desenvolvimento da capital e a grande extensão da área atribuída à paróquia de Santo Estêvão, em que se encontravam os seus paços, considerou a Infanta indispensável a constituição de nova freguesia, cujo território saísse daquela vasta superfície. Teve efectivação esse projecto mercê do breve do Papa S. Pio V, de 30 de Agosto de 1568. A nova paróquia, do orago de Santa Engrácia por devoção da sua excelsa instituidora, ficou a confinar, pelo Poente, com aquela de que fora destacada e, pelo Nascente, com a dos Olivais.

Assim, a sua fundação foi assinalada por duas circunstâncias de relevo: ter partido a ideia de uma princesa unânimesmente considerada figura cimeira do Renascimento em Portugal e mesmo uma das mulheres mais notáveis da sua época em todo o Mundo; e haver firmado o sobredito breve um grande pontífice, dos raros canonizados.

Muitos dos mais eminentes contemporâneos da Infanta D. Maria exaltaram seus méritos de intelectual, como André de Resende ao cognominá-la *princesa eruditíssima* e D. Jerónimo Osório dando-a como *possuidora de grande engenho*. Outros afamados mestres quinhentistas, entre os quais João de Barros, Damião de Góis e Pedro de Andrade Caminha, celebraram também o alto valor daquela que fez da sua nobre residência brilhante cenáculo.

Tão intensa actividade não embotou o seu ardor de crente e de generosa auxiliadora dos humildes. Numerosas obras de sua exclusiva iniciativa ficaram patenteando, na capital e em outras terras, os seus sempre elevados objectivos; mas a Infanta conservava em lugar privilegiado a criação da freguesia de Santa Egrácia.

Pela modificação das áreas e denominações das freguesias de Lisboa, levada a efeito em 1770, grande parte do território de Santa Engrácia passou a constituir, reunida a outra desanexada da dos Olivais, a nova freguesia do Beato, e em 1937, pela criação da da Penha de França, cedeu também apreciável parcela da primitiva área. A parte fundamental da paróquia continuou, porém, a pertencer-lhe, com história das mais bilhantes, em que sobressaem muitos factos

de relevo da vida citadina e mesmo acontecimentos nacionais de vulto.

Por Decreto de 1 de Maio de 1913, passou a freguesia a denominar-se «de Monte Pedral», em homenagem ao Tenente-General João Baptista da Silva Lopes (1784-1857), Barão de Monte Pedral, por concessão da Rainha D. Maria II em 1835, inspector-geral do Arsenal do Exército e criador do Museu Militar (designação actual); voltou, porém, à primitiva denominação, por força do Decreto n.º 38 696, de 24 de Março de 1952, publicado em virtude do insistentemente exposto pela respectiva Junta de Freguesia.

Este agregado populacional, constituindo grande valor não apenas da capital mas mesmo de todo o País, orgulhando-se do labor dos seus habitantes, do incremento da parte urbanizada, do valor de iniciativas de ordem industrial sucessivamente registadas de longa data — e ainda de outras circunstâncias, como a localização na sua área de numerosos e importantes organismos oficiais e estabelecimentos fabris do Estado — sofreu grave mutilação em 1959: a perda de apreciável superfície e do que precisamente mais belo e valioso contava no seu património histórico e artístico. Tão lamentável facto deveu-se à profunda reorganização das freguesias de Lisboa, aprovada pelo Decreto n.º 42 142, de 7 de Fevereiro daquele ano.

É certo que o crescimento demográfico da cidade vai implicando modificações de índole administrativa, mas ao estabelecê-las não devem ser menosprezadas as grandes lições de cultura e espiritualidade que épocas anteriores nos legaram. Restringir os limites desta freguesia era problema que comportava várias soluções, tanto considerado no aspecto da área como no da população, pelo que não impunha que dela ficasse excluído o Campo da Santa Clara.

Proseguindo na bem justificada atitude, que assumiu logo após a publicação do diploma de lei em referência, esforça-se presentemente a Junta da Freguesia de Santa Engrácia, como legítima representante da numerosa população da paróquia, por ver remediada esta anomalia. A hipótese de vir a ser coroada de êxito tão louvável campanha não é inteiramente de excluir, se se considerar que vários corpos administrativos congêneres têm também solicitado rectificações das respectivas áreas de influência, talvez sem motivos tão ponderosos — o que levou o orador a concluir que à reivindicação da freguesia de Santa Engrácia cabe primazia neste movimento.

III — A URBANIZAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE DO PANTEÃO NACIONAL

Pelo Decreto n.º 21 875, de 18 de Novembro de 1932, foi o Governo autorizado a estabelecer zonas de protecção para os edifícios públicos de reconhecido valor architectónico; outro diploma, o Decreto-Lei n.º 34 993, de 1 de Outubro de 1945, estabeleceu disposições parti-

culares para o caso de imóveis públicos não abrangidos por aquela classificação, e outros foram sucessivamente promulgados, relativos a edifícios de diversas finalidades, como estabelecimentos de ensino, quartéis, etc. O domínio de incidência de tão salutares medidas foi ainda ampliado pelo Decreto-Lei n.º 40 388, de 2 de Novembro de 1955.

Recordando a existência de tão variada legislação mostra-se que o problema de que ela se ocupa tem sido cuidadosamente considerado; a seu lado, todavia, deve salientar-se o que, em casos especiais de grande relevância, se tem executado no objectivo de valorizar ao máximo os nossos grandes monumentos architectónicos, de que é exemplo frisante a profunda transformação, ainda em curso, da zona que circunda o Mosteiro da Batalha. Essa orientação — acentuou o orador — não foi, infelizmente, seguida no caso do Panteão Nacional.

Em 1934 foi nomeada uma comissão com o encargo de se pronunciar sobre a viabilidade de adaptação do edifício de Santa Engrácia àquele fim. Presidida por Júlio Dantas, dela fizeram parte outras também destacadas personalidades: José de Figueiredo, Luís Cristino da Silva, Luís Pastor de Macedo e Matos Sequeira. O seu voto foi afirmativo, condicionado, porém, à realização na vizinhança de obras de urbanização que assegurassem amplo acesso, o que equivale — sublinhou o orador — a ter sido considerada a indispensabilidade de desafrontar quanto possível o Monumento. Presentemente estão sendo executadas no local obras de vulto, mas — ainda em sua opinião — só com o desaparecimento do inestético «Conventinho» (ou antes, dos seus restos, modernizados e até ampliados, com destino diverso do previsto pela egrégia instituidora) poderia valorizar-se ao máximo o ambiente. Em comparação com esse aspecto da urbanização do local, tudo mais deve ser tido por secundário.

O Convento do Desagravo, conhecido pela sobredita designação, foi fundado pela Infanta D. Maria Ana, filha de D. José I, século e meio após o célebre desacato cometido na antiga igreja de Santa Engrácia, depois demolida para no mesmo local se erigir outra, desmoronada antes de concluída, o que originou o início em 1682 de terceira igreja, a que ficou inacabada até ao presente. A respectiva comunidade, de religiosas de Santa Clara, foi dispersa pela exclausuração de 1834 e leis de 1900, 1910 e 1911.

Depois do primeiro dos citados anos, ficou esta casa religiosa reduzida à pequena actividade concedida aos conventos femininos, nos termos de uma concessão bem conhecida (impeditiva da admissão de novas professoras ou noviças), extensiva a todo o País. A partir de 1910 passou o edifício para a Assistência Pública, que lá instalou no ano imediato a Escola Profissional de Santa Clara, cuja organização foi modificada em 1918 e em 1927. Por força do Decreto n.º 32 613, de 31 de Dezembro de 1942, foi integrado este estabelecimento de ensino — como sucedeu a outros — na Casa Pia de Lisboa.

O edifício do primitivo convento, pobre como franciscano que era, foi objecto de muitas obras, durante o período iniciado em 1910. Interessante a descrição, feita por Noberto de Araújo, do estado em que se encontravam próximo de 1940 os restos da instalação. Da primitiva pouco restava. Até os azulejos da capela, segundo informava o mesmo jornalista e escritor lisiponense, tinham sido levados, poucos anos antes, para uma igreja da Província... Nessa altura, já lá não se encontravam, também segundo o seu testemunho, os restos mortais da fundadora, que faleceu no Rio de Janeiro em 1813, três anos antes de sua irmã a Rainha D. Maria I. O conferente deu conhecimento do epitáfio do túmulo provisório da Infanta no Conventinho, bem como outras informações sobre o assunto, destinadas a obra em preparação.

Depois, ocupou-se largamente da instituição do Desagravo, que não obstante as vicissitudes por que passou até hoje, se mantém em Lisboa, próximo da Basílica da Estrela, reconhecida pela Igreja. Aliás, nunca conheceu inactividade que, nos termos do direito canónico, motivasse a sua extinção.

Se se tratasse do regresso desta comunidade ao «Conventinho», levantar-se-ia delicado problema de consciência. Embora constrangido, se tal hipótese fosse formulada, o prelector não manifestaria discordância. A restauração do Desagravo em Lisboa, no local primitivo, parece ter sido aventada, mas abandonada naturalmente devido a opinião desfavorável do organismo que superintende na Secção Feminina da C. P. L., lá instalada. Quanto a este aspecto do problema, deve dizer-se ser de supor que foram tidas em consideração, decerto, as avultadas importâncias gastas no velho edifício desde 1910 e sobretudo as dispendidas nos últimos tempos. Ainda no presente ano, pelo Decreto n.º 46 920, de 24 de Março, foi autorizada nova verba, de cerca de 2400 contos, para remodelação e adaptação do edifício...

As actuais instalações da Casa Pia — segundo o relatório apresentado em 1960 por uma comissão oficial, a que se referiu o seu digno Provedor, Dr. José Francisco Rodrigues, na conferência *Presente e Futuro da Casa Pia de Lisboa*, proferida no Secretariado Nacional da Informação em 3 de Julho de 1962 — estão «velhas e inadequadas às exigências da pedagogia moderna e condenadas, não só por motivos pedagógicos, mas também por exigências de urbanização». Deve ter-se como certo que a condenação de algumas por *inadequadas às exigências da pedagogia moderna* deve abranger o velho «Conventinho»...

Para encerrar este comentário, foi ainda considerado pelo orador outro pormenor: parecer-lhe que a instituição do Desagravo, dado o seu carácter de clausura, necessita de sede em edifício que disponha do indispensável desafogo, impossível de obter no imóvel em causa. Fora da cidade poder-se-á solucionar essa justificada

orientação, o que — disse ainda — crê ter sido já considerado pela comunidade interessada.

E acentuou que a manutenção da antiga sede do mosteiro não pode ser defendida com base no montante de verbas gastas, pois não se trata somente de problema adstrito a uma instituição de assistência pública mas de um caso que deve ser encarado com a mesma larga visão que presidiu à conclusão do Monumento de Santa Engrácia.

IV — CONCLUSÕES

Omitindo os restantes aspectos da urbanização do Campo de Santa Clara, expostos em face de elementos gráficos elaborados pelo conferente e de pequenos apontamentos conjecturais adrede feitos no momento, apresentam-se as principais conclusões desta intervenção:

- a) Deve ser estabelecido em diploma legal, com urgência, o perímetro de protecção ao grandioso templo de Santa Engrácia, de harmonia com a legislação citada, seguindo-se o critério usado para outros notáveis monumentos que próximo se situam: a Sé, a Igreja de Santo António e a Conceição Velha. A construção, já adiantada, de um grande imóvel na parte oriental do Campo de Santa Clara, para valorização do património da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, justifica a urgência da medida.
- b) É vantajosa a rápida expropriação do prédio do Campo de Santa Clara n.ºs 109-112 — certamente prevista pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais —, a fim de que quem entrar no Campo de Santa Clara pelo Arco Grande de S. Vicente (não esquecer os turistas, que muito utilizam o percurso *Igreja de Santo António-Sé-S. Vicente*) possa observar na sua impressionante grandeza o Panteão Nacional, embora não inteiramente, devido a estar em parte oculto pelo inestético «Conventinho».
- c) É também de aconselhar a rápida demolição do velho Mercado de Santa Clara. Mesmo sem dar ao terreno o arranjo monumental, que estaria indicado se tivesse desaparecido o velho imóvel ocupado pela referida secção da Casa Pia, a urgente eliminação do Mercado impõe-se, dado o seu desagradável aspecto e precárias condições de higiene, que o tornam inconveniente num ambiente tão visitado por estrangeiros.

Outras conclusões foram ainda apresentadas, mas de carácter mediato. Delas se destacam, em primeiro lugar, as concernentes às

ideias defendidas pelo autor em relação a maior desafogo do Panteão pelo sul e pelo poente (objectivos simplesmente estéticos ou mesmo funcionais). Do sul, poderia encarar-se o desaparecimento dos modestos prédios do Campo de Santa Clara n.ºs 22 a 54. Trata-se de aspectos restritos, envolvendo problemas que só poderão ser devidamente apreciados depois de concluídos os trabalhos em curso ou divulgado o respectivo projecto. De um só dos alvitres apresentados se faz aqui menção: o alargamento da Travessa do Paraíso, cujo eixo atinge o Monumento a meio da fachada sul. As expropriações seriam de pequeno valor, mas o efeito a obter excelente, sobretudo substituindo a pequena rampa por escadaria.

Depois, surge em toda a sua acuidade o caso do ex-«Conventinho». A sua eliminação não visaria apenas desafrontar o Panteão. É bom não esquecer que, pelo norte, aquele pobre imóvel está apenas a uns dez metros do grande Monumento (!), e que este foi projectado quando o Campo de Santa Clara era verdadeiro *campo...*, circunstância que o arquitecto que concebeu esta maravilha não pôde decerto deixar de considerar. O Panteão reconquistaria assim o seu primitivo lugar. Sem essa eliminação, nunca o Campo de Santa Clara ascenderá à categoria de digna zona envolvente de monumento de tal quilate.

Desaparecido este estorvo, poderia construir-se uma muralha (à semelhança da que se nota próximo do Hospital da Marinha) na parte norte do terreno ocupado pelo «Conventinho», a qual terminaria por um parapeito balaustrado, sensivelmente onde hoje se vê o extenso muro que corre paralelo ao Mercado de Santa Clara, conseguindo-se assim admirar em toda a sua grandiosidade o Panteão, o que não sucede presentemente; em plano inferior correria amplo acesso norte ao Monumento, ainda com margem para alguns motivos ornamentais (como uma pequena «memória», a assinalar o local da antiga casa religiosa) e outros de jardinagem. Também o terreno em que hoje se encontra aquele mercado e a placa existente entre ele e o Arco Grande seriam ajardinados.

Assim, a quem chegasse ao Campo de Santa Clara, vindo de S. Vicente, deparar-se-ia (sem o obstáculo visual atrás assinalado) um conjunto maravilhoso; mas mais imponente seria ainda o quadro para quem entrasse pela Praça Dr. Bernardino António Gomes (denominação do extremo oriental do Campo de Santa Clara): à esquerda, o Panteão Nacional desafrontado; ao fundo a mole gigantesca de S. Vicente!

Lisboa ficaria, desta forma, a possuir uma zona de excepcional beleza e grandiosidade. Isto não passa de um sonho; mas, perguntou o orador ao concluir as suas considerações: «Não poderemos ver um dia transformado em realidade esse sonho, como se verificou com outro bem maior: o da conclusão do Panteão?»

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA

relativo ao ano de 1965

Ex.^{mos} Consócios:

Mais um ano passado, como nos cumpre, pelo disposto no artigo 33.º dos nossos Estatutos, a Junta Directiva vem apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório sumário, como vem prescrito, relativo ao ano de 1965:

| | | |
|---|------|--------|
| Existiam em 1 de Janeiro de 1965 | 1077 | sócios |
| Foram admitidos... .. | 31 | |
| Foram readmitidos | 5 | 36 » |
| | — | 1113 » |
| | | |
| Faleceram durante o ano | 16 | |
| Foram demitidos... .. | 65 | 81 » |
| | — | 1032 » |
| Ficam existindo em 31 de Dezembro de 1965 | 1032 | » |

Entre os nossos actuais sócios contam-se dois honorários, Sua Excelência o Senhor Presidente da República e o Jornal *Diário de Notícias*. Estes dois honorários foram votados na Assembleia Geral de 29 de Janeiro do ano findo, em virtude de o Senhor Almirante Américo

Deus Rodrigues Tomás ser lisboeta de nascimento e o *Jornal Diário de Notícias* ter completado cem anos da sua fundação. A propósito desses factos e para comunicação deles, dignou-se Sua Excelência o Presidente da República receber o corpos gerentes do Grupo em audiência especial, o mesmo fazendo o Director do *Diário de Notícias*, Sr. Dr. Augusto de Castro. A isso se referiu, em pormenor, o n.º 110 do nosso Boletim.

Os sócios falecidos em 1965, foram:

- 117 — Eduardo Carneiro Mendes
- 362 — Eng. Carlos A. Ribeiro Ferreira
- 503 — Dr. Luís António Xavier Júnior
- 544 — Dr. Vítor Teixeira
- 674 — João de Sousa Lara
- 1066 — Jorge Nolasco Totta
- 1265 — Dr. Alberto Queirós de Sousa Pinto
- 1376 — Henrique Nunes Viseu
- 1654 — Ernesto Joaquim Alves
- 1867 — D. Maria Alves Dumont
- 1895 — Francisco Xavier Antunes
- 2549 — António A. Lopes do Carmo
- 2620 — Abílio Sequeira de Castro
- 2679 — Eng. Gustavo d'Avila Perez
- 2700 — Manuel R. Figueiredo Cunha
- 2720 — D. Guida Keil

De todos os falecidos, cujo passamento muito lamentamos, são de destacar João de Sousa Lara, que era Tesoureiro-Substituto da nossa Junta Directiva, e Henrique Nunes Viseu, que era o Presidente Substituto da nossa Comissão de Contas, e D. Guida Keil, que muito colaborou na actividade cultural do Grupo, fazendo conferências na nossa sede e participando em algumas das nossas exposições, tendo a propósito da exposição da obra lisiponense de seu pai, o pintor Alfredo Keil, oferecido ao Grupo uma tábua pintada a óleo pelo Professor J. Prieto, oferecida a seu pai e representando o «Poço das Picoas», no local próximo, onde hoje é a Praça Duque de Saldanha.

O nosso Boletim OLISIPO, de que há nesta data publicados 112 números, tem referido a nossa actividade cultural e continua a receber a colaboração generosa dos consócios Dr. J. A. Videira e Pintor Narciso de Moraes, na parte artística, e do Sr. António Zacarias da Silva e de vários consócios na colaboração literária.

O número de officios expedidos durante o ano cifra-se em cerca de 300. Como ofertas para a nossa Biblioteca recebemos várias revistas em permuta com o nosso Boletim e uma medalha de prata e uma de cobre, comemorativas do centenário do Banco Nacional Ultramarino, três Almanagues Olisiponenses para a nossa colecção da Ex.^{ma} Sr.^a D. Ludovina Pereira Rodrigues, vários números do nosso Boletim do Sr. Dr. José Caria Mendes e da viúva do nosso consócio Sr. José Francisco de Oliveira, sendo esta última oferta constituída por 18 volumes, encadernados a preto e branco, desde o número 1 ao número 100, da colecção particular desse falecido consócio; do Sr. Ex-Embaixador de Portugal no México, Dr. Mário Duarte, as obras *Eça de Queiroz, consul al servicio de la Patria y de la humanidad* e *Portugal atormentado y heroico* de Guillermo Tardiff, a notável obra *Dom Afonso I Duque de Bragança* do consócio Dr. J. T. Montalvão Machado, do Sr. José Augusto França a obra *Une ville des lumières La Lisbonne de Pombal*, da poetisa Horacel Cordeiro Lopes a sua obra *Brasil Gigante — Temas Americanos*, do consócio Sr. Visconde de Vila Nova de Gaia o 1.^o volume dos *Cadernos do Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos*, da Junta Distrital de Setúbal os volumes publicados a propósito do Centenário de Bocage, do Sr. Fernando de Sousa a obra encadernada da sua edição *Alfacinhas*, da autoria de seu pai, o notável aguarelista Alberto de Sousa, do consócio Dr. Gilberto Monteiro uma curiosa fotografia reproduzindo a casa da Avenida da Liberdade, onde está instalada a Ordem dos Médicos; do Pintor Sr. Narciso de Moraes uma aguarela representando o *Pátio do Carrasco* e um desenho a tinta da china representando a Praça da Figueira, da Sr.^a D. Maria Adelina Monteiro de Andrade Callisto um quadro a óleo em tela representando uma aldeia de Moçambique. A Companhia de Seguros «L'Urbaine» e a Litografia Lusitana do Porto ofereceram-nos oportunamente calendários artísticos.

A Companhia Portuguesa de Celulose generosamente ofertou para a nossa actividade cultural a quantia de 500\$00 e o consócio n.º 2045, Sr. Luís Trindade, 350\$00, como percentagem das suas vendas, na exposição que realizou na sede do Grupo, com grande êxito.

As contas, como se vê pelo Balanço e pela Conta de Resultados, que junto se publicam, são explícitas, tendo, como no ano transacto, as «Realizações Culturais» dado um saldo positivo, mas sendo as despesas muito oneradas com a publicação do OLISIPO.

BALANÇO

| CONTAS | ACTIVO | PASSIVO |
|--|-------------|-------------|
| Móveis e Utensílios | 23.724\$20 | |
| Consignações da Feira do Livro | | 128\$00 |
| Emblemas... .. | 54\$00 | |
| Consignações de c/ própria | | ' 3.024\$00 |
| Devedores e Credores c/ Consignação | 3.016\$00 | 67.515\$23 |
| Devedores e Credores | 681\$70 | 36.015\$64 |
| Caixa | 1.570\$40 | |
| «Olisipo» | 14.380\$50 | |
| Biblioteca | 9.691\$82 | |
| Consignações de c/ Alheia... .. | 68.823\$95 | |
| Edições | 3.890\$58 | |
| Valores à Cobrança | 652\$20 | |
| Fundo Variável | | 28.221\$09 |
| Resultado do Exercício | 8.418\$61 | |
| | 134.903\$96 | 134.903\$96 |

Conta de Resultados do Exercício de 1965

| CONTAS | DÉBITO | CRÉDITO |
|---------------------------------|-------------|-------------|
| Realizações Culturais | | 3.197\$20 |
| Jóias | | 610\$00 |
| Emblemas | | 24\$00 |
| «Olisipo» | 19.353\$20 | |
| Consignações de c/ Alheia... .. | | 9.410\$88 |
| Edições | | 994\$61 |
| Obras no Salão | 1.122\$70 | |
| Contribuições | 1.023\$00 | |
| Gastos Gerais | 131.208\$80 | |
| Cotas | | 129.642\$50 |
| Cartões de Identidade | | 75\$00 |
| Receitas Diversas | | 334\$90 |
| | | 8.418\$61 |
| | 152.707\$70 | 152.707\$70 |

À digna Comissão de Contas os nossos cumprimentos pela sua assídua assistência; particularmente ao seu Secretário, Sr. Higinio Nunes da Silva, as nossas homenagens por continuar obsequiosamente a orientar e dirigir o serviço de contabilidade.

Para o próximo Relatório reservamos as propostas de votos habituais, não querendo porém deixar de à Imprensa, Rádio e Televisão consignar os nossos agradecimentos pela sua sempre solícita amabilidade.

Lisboa e sede do Grupo, 31 de Dezembro de 1965.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor Fernando Freitas Simões

O VICE-PRESIDENTE

Dr. Álvaro do Amaral Barata

O SECRETÁRIO-GERAL E RELATOR

Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Dr. Alberto Gomes

O DIRECTOR-TESOUREIRO

Hugo Raposo

OS VOGAIS

Coronel Aníbal Afra Nozes

Eng. Júlio Eduardo dos Santos

Fernando Dias Pereira

Dr. Paulo Gustavo Caratão Soromenho

PARECER

da

COMISSÃO DE CONTAS

referente ao exercício de 1965

Ex.^{mos} Consócios:

Mais um ano findou e outra vez vem à presença dos dignos associados a nossa Junta Directiva submeter à sua apreciação as contas respectivas, a que juntamos o nosso parecer, que não pode deixar de render um louvor à mesma Junta Directiva, pela forma zelosa e esforçada como a administração foi exercida.

É um facto assente, de ano para ano, a diminuição constante do número da associados, que no final de 1965 estava reduzido a 1032. Como entrar este mal, se os da nossa geração já estão connosco e os da *bossa nova* detestam o bicho arqueológico?

Outro sério inconveniente é a insuficiência de receitas, que não está apenas nas consequências daquele mal, sendo necessário obter um aumento substancial de rendimentos certos, para manter o nível cultural do Grupo.

Aos especiais votos de saudade, expressos pela Junta Directiva, em relação aos sócios falecidos, juntamos os nossos, especialmente no que diz respeito a D. Guida Keil e Henrique Nunes Viseu, que muitos serviços prestaram ao Grupo.

Fazendo a devida referência à certeza em que encontrámos todas as contas verificadas, podemos propor à Assembleia Geral, que aproveis:

- a) o Relatório e Contas do exercício findo;
- b) um voto de louvor à Junta Directiva, pela forma dedicada e todo o interesse postos na gerência da Colectividade;
- c) a transferência da quantia de Esc. 8.418\$61 de «Fundo Variável» para «Resultados do Exercício».

Lisboa, 5 de Janeiro de 1966.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Mário da Conceição Costa

O SECRETÁRIO

Higino Nunes da Silva

O RELATOR

Dr. Francisco do Couto Santos

ALMEIDA, BASTO & PIOMBINO & C.^A

B A N Q U E I R O S

Depósitos à ordem e a prazo

Letras

Operações com o estrangeiro

Transferências

Serviço de títulos

Ordens de Bolsa

Câmbios - Travellers cheques

Numismática

Rua do Ouro, 50, 52, 54 — LISBOA — Telef. 3 03 08/9 e 36 60 66/7

ACTIVIDADE CULTURAL

no Quadrimestre de Abril/Julho de 1966

A actividade cultural, neste quadrimestre, iniciou-se com uma exposição inaugurada a 23 de Abril sobre «30 anos de Caricatura e Bom Humor no Postal Ilustrado (1900/1930)», organização do nosso consócio n.º 3188, Sr. Marcial Pereira, com elementos das suas colecções. A exposição foi muito visitada e mereceu referências na Imprensa e na Televisão.

No domingo 24 do mesmo mês, foi visitado o novo edifício do Cinema Europa, a Campo de Ourique, inaugurado pouco antes com o III Festival de Arte Cinematográfica. Os seus proprietários e administrador foram gentilíssimos com os visitantes, tendo sido projectado especialmente para eles o filme *My Fair Lady*.

A 28, realizou-se a 54.ª sessão dos Colóquios Oisiponenses, tendo feito uma palestra, com projecções, o consócio Sr. Doutor José Caria Mendes, sobre «John Hunter, o notabilíssimo anatómico e cirurgião inglês que esteve em Portugal durante as campanhas de 1762/1763», em que deu conta dos documentos existentes acerca do assunto. No mesmo colóquio usou também da palavra o Director Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos, que dissertou sobre certos aspectos estéticos, turísticos e de urbanização do Campo de Santa Clara, a propósito da próxima conclusão do Panteão Nacional de Santa Engrácia.

Em Maio, e em três turnos realizados em 1, 8 e 15, foi visitado o Museu Militar, visita essa dirigida e acompanhada pelo seu director Sr. Coronel Júlio Martins Mourão e por oficiais do mesmo estabelecimento.

A 21, em dois turnos, foi visitado o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tendo as visitas sido dirigidas pela directora Sr.ª Dr.ª D. Emília Félix e pela Conservadora Sr.ª Dr.ª D. Maria Teresa Barbosa Acabado. Foi uma visita de alta erudição e interesse.

Na quinta-feira, 26 de Maio, na sede, o nosso Director Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos proferiu uma conferência sobre «O Lisboeta Infante D. Manuel, irmão de D. João V», em que relatou dados sobre a sua biografia e apresentou exemplares bibliográficos de alto interesse, aproveitando a circunstância de este ano passar o bicentário da sua morte.

Em Junho, no dia de Santo António, realizou-se um passeio no Tejo, a bordo do vapor «Rio Tejo», da Parceria dos Vapores Lisboenses. Os «Amigos de Lisboa» percorreram de manhã o trajecto Lisboa-Vila Franca e vice-versa e à tarde o percurso Lisboa-Barra do Tejo e volta, no intuito de se fazer a passagem sob as duas pontes, a Marechal Carmona, em Vila Franca, e a Salazar, a inaugurar brevemente. Durante o percurso usaram da palavra os directores Srs. Drs. Eduardo Neves e Paulo Caratão Soromenho e disseram versos alusivos, da sua autoria, as poetisas senhoras D. Christina Bérens Freire e D. Laura de Avis, tendo esta dito também poesias sobre Santo António e o Tejo, da autoria dos poetas Afonso Lopes Vieira e Augusto Gil.

A 19, os «Amigos de Lisboa» deslocaram-se a Torres Novas para visitar a vila, a nascente do Rio Almonda e a Fábrica de Papel Renova e bem assim as Lapas Mouras, o Castelo de Torres Novas e as ruínas romanas da Vila Cardílio. A visita foi acompanhada pelo Secretário-Geral e dirigida pelo nosso consócio Sr. Dr. José Mendes Sentieiro, que teve a gentileza de aos visitantes oferecer um aperitivo na sua magnífica residência na Quinta da Bica, onde reúne valiosa colecção de antiguidades. Os visitantes, em número de cerca de 150, almoçaram em Torres Novas, onde visitaram os templos locais, num dos quais está a imagem do Senhor Jesus dos Lavradores, que data de há mais de oitocentos anos, e onde se admiram belos azulejos do século XVIII e rica obra de talha. O regresso fez-se pela Golegã, com visita à respectiva matriz, cujo pórtico manuelino é monumento nacional.

A 26, foi visitada a igreja dos Paulistas, onde está erecta a freguesia de Santa Catarina, de Lisboa. A propósito o Secretário-Geral, que dirigiu a visita, proferiu algumas palavras.

Em Julho, para terminar a nossa actividade cultural, realizou-se na nossa sede a 55.^a sessão de Colóquios Olisiponenses, em que os consócios Srs. Doutor Eduardo Neves e Eng. Júlio Eduardo dos Santos falaram respectivamente sobre uma verónica antiga (século XVIII) e a

urbanização do Campo de Santa Clara. Esta sessão realizou-se na quinta-feira 14.

No domingo 17, deslocaram-se os «Amigos de Lisboa», em duas camionetas e vários automóveis, à região de Rio Maior, onde foram recebidos gentilmente com uma sessão de boas-vindas, na respectiva Câmara Municipal, saudados pelo Presidente da Câmara, Sr. Armando Rodrigues de Sousa, que para tal convocou os seus vereadores e a população. Foram visitadas as minas de sal gema, de lenhite, de deatomite e a fábrica de briquetes, onde foram recebidos pelas respectivas gerências e administradores. Depois do almoço, estiveram no Matadouro Industrial da firma Nobre e nos Armazéns da firma Teobar, que proporcionaram aos visitantes interessante visita e amáveis brindes. Cerca dos Armazéns Teobar foram visitadas as minas de caolino e material para a fabricação de vidro. Os visitantes regressaram a Lisboa via Santarém.

Culminou a actividade cultural, antes de férias, com a visita de estudo ao Recolhimento de Nossa Senhora da Lapa e à respectiva igreja, realizada em 24 de Julho. Era principal intuito dos visitantes observar as instalações da velha Irmandade dos Livreiros e a imagem da sua padroeira — Santa Catarina — que ali se alberga. Mas, da Irmandade existe numa porta, fechada, uma simples indicação manuscrita, e a imagem está, junta com outras e vários utensílios num armário das dependências da igreja.

No Recolhimento, onde o nosso antigo consócio Sr. Dr. Luís Chaves proferiu uma interessante palestra, fomos amavelmente recebidos por um dos seus directores, Sr. Dr. Jaime Neves, e pela regente Irmã Gabriela, que nos saudaram e acompanharam. Na igreja estava, com as chaves, o sacristão.

Durante este quadrimestre os «Amigos de Lisboa» foram convidados para um concerto de órgão, que se realizou em 19 de Julho na Igreja de São Vicente de Fora, a que compareceram numerosos consócios e os Directores Srs. Eng. Júlio Eduardo dos Santos, Hugo Raposo e Dr. Couto Santos.

As palavras proferidas nestas actividades culturais pelos Srs. Eng. Júlio Eduardo dos Santos, Dr. Paulo Caratão Soromenho e pelo signatário são publicadas neste número, bem como as proferidas na freguesia da Lapa pelo Sr. Dr. Luís Chaves.

E. N.



Feira da Ladra



FICHEIRO

33. Clube Desportivo de Arroios

Em 15 de Julho de 1934, António Luís, José Fragoso, Manuel Rodrigues dos Santos, entre outros, fundaram o Clube Desportivo de Arroios, que teve a sua primeira sede na Rua de Arroios.

Presentemente bem instalados na Rua Marques da Silva, ocupam dois andares de um imóvel de construção recente.

No primeiro andar funcionam o gabinete da direcção, uma sala de jogos e um bufete; separados por uma divisão descoberta — onde costumam realizar diversões — situa-se um amplo ginásio provido de alguns espaldares e tendo ao fundo um palco, cuja construção, bem como a electrificação do ginásio, se devem à dedicação de um grupo de sócios. Na retaguarda do palco estão instalados dois camarins e um balneário para utilização dos ginastas.

No segundo andar, funcionam a secretaria do clube, a biblioteca com cerca de 600 volumes, outra sala de jogos e um posto médico.

Além das suas actividades desportivas — futebol, ciclismo, ténis de mesa, pesca desportiva e basquetebol — merecem dedicado carinho aos respectivos dirigentes os sectores recreativo, cultural e beneficente.

34. Sociedade Boa União

Partiu de um grupo de comerciantes a fundação da Sociedade Boa União, em 1 de Janeiro de 1870.

Criado este *centro de cavaco*, onde os sócios — limitados a meia centena! — se entretinham no jogo de cartas ou de dominó, era também local de almoços semestrais com o propósito da confraternização. Na pacata Lisboa da segunda metade do século XIX, tais propósitos significavam para a maioria dos que viviam do seu trabalho, a tal *vida nova*, lema dos fundadores que, em 1 de Janeiro de 1870, proclamaram: ano novo, vida nova!

Assim se consumiram as três primeiras décadas, na então modesta sede do Beco da Formosa, em Alfama, mas a vida tomou outros rumos, vieram novas adesões e a «Boa União» deixou de ser um grupo meramente *gastronómico* para se lançar afoitamente na conquista do prestígio de que hoje desfruta, não só no pacato bairro onde nasceu há 96 anos, mas no meio das suas congéneres.

O nível cultural atingido e a prática da beneficência e da educação física, fo-

ram os factores primordiais desse prestígio.

Actualmente, com cerca de meio milhão de sócios, o espírito dos seus abnegados fundadores é norteado pela mesma preocupação: cultura e beneficência.

35. *Casa do Ribatejo*

Cifka Duarte, Álvaro F. do Amaral Neto, Emílio Infante da Câmara, Fausto Nunes Dias, Joaquim Ramalho, José Maria da Gama Franco e José Mayer constituíram a comissão fundadora da Casa do Ribatejo, em Lisboa, formada numa reunião efectuada no Grupo Tauromáquico Sector I, em 10 de Junho de 1943.

Instalada primitivamente na Travessa Cidadão João Gonçalves, transitou para a Praça Marquês de Pombal, vindo a fixar-se mais tarde na Rua do Salitre, onde ainda se encontra, sem que deixem de acalantar o sonho de uma sede própria.

Segundo a letra estatutária, este organismo regionalista visa promover a valorização e propaganda das belezas naturais da sua província e a divulgação do seu valioso património artístico, defendendo-o em todas as circunstâncias.

A par de tão aliciante desiderato, merece relevo a sua nobilíssima obra de solidariedade e assistência, e ainda a existência de uma magnífica biblioteca com preciosas obras atinentes ao conhecimento da província ribatejana nos seus múltiplos aspectos, as quais podem ser consultadas na sede ou requisitadas para leitura domiciliária, devendo acentuar-se que entre os seus leitores figuram numerosos estudantes que ali vão documentar-se para diversos estudos.

Zacarias da Silva

Culto católico nas Filipinas

Em sequência da minha nota sobre o culto de Santo António nas Filipinas, publicada no OLISIPO n.ºs 113-114, nesta secção, pareceu-me interessante trazer ao conhecimento dos «Amigos de Lisboa», junto com o postal que lá referi, uma verónica da minha colecção. Como se disse o 4.º Centenário do «Santo Niño de Cebu» data de 1965 e o descobrimento da Ilha de Cebu data de 1521, na viagem de Fernão de Magalhães. A verónica que hoje venho apresentar é seguramente dos fins de 1700. Em bronze, com dois centímetros de diâmetro, representa de um lado, em relevo, o Santo Niño de Cebu e, do outro, Santa Rita de Cássia. Assim fica completa a referência ao culto católico nas Filipinas: um folheto — a novena de Santo António, em língua visaia — uma verónica com o Menino Jesus de Cebu e um postal comemorativo do 4.º centenário do seu culto na mesma ilha.

E a tudo está ligado Portugal pelo descobrimento da ilha e certamente pela expansão ali do culto católico e o nosso lisboeta Santo António, que sempre tanto nos interessa. Com este complemento bem poderemos dizer: FINIS LAUS DEO.

E. N.

A nossa actividade em trinta anos

Possivelmente por terem decorrido trinta anos da nossa actividade, está esquecido grande número das nossas iniciativas.

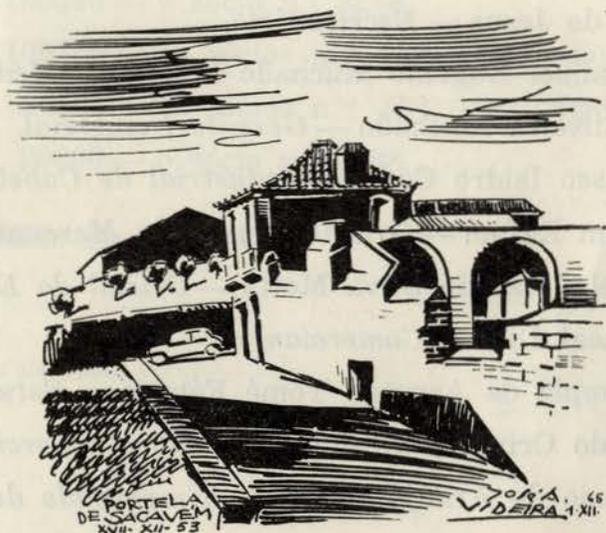
Por isso se promovem realizações que se arrogam de novidade e são afinal sòmente repetições em maior escala e mais largo ambiente do que as que temos realizado. Assim as visitas guiadas foram iniciativa nossa, as conferências de

propaganda lisiponense, com carácter histórico e educativo, quer na nossa sede quer na rua, fomos nós que as iniciámos; e quanto a exposições de objectos antigos, colecções particulares, sempre como é óbvio restritas quanto possível a Lisboa, são muitas as que realizámos. Que nos lembre: adornos femininos, colchas, leques, chapéus, bengalas, almanaques, ex-líbris, temas antonianos, postais, registos de santos e de azulejos, jornais e revistas, além

de comemorações parciais com exposições adequadas, como a do *Arquivo Pitoresco*, etc.

Agora, tudo se repete em maior escala, o que não impedia que, se na memória dos homens houvesse lugar para o passado, o feito por nós pudesse ser lembrado. Não nos citam e nem sequer nos convidam. Sinal dos tempos.

E. N.



Sócios admitidos no 1.º semestre de 1966

- 3532 — Vasco de Jesus — *Escriturário.*
3533 — Dr. Manuel Eugénio Machado Macedo — *Médico.*
3534 — José Silveira Machado — *Gerente Comercial.*
3535 — Francisco Isidro Couto — *Industrial de Cabeleireiro.*
3536 — Joaquim Rafael — *Oficial-Maquinista Mercante de 1.ª Classe.*
3537 — Coronel Óscar da Silva Motta — *Oficial do Exército.*
3538 — José Leal Dias — *Comerciante.*
3539 — D. Olímpia de Azevedo Tomé Féteira — *Estudante.*
3540 — Leopoldo Criner y Dintel — *Director Comercial.*
3541 — Fernando de Araújo Branco — *Empregado de Escritório.*
3542 — Nuno Madeira — *Funcionário Judicial.*
3543 — António dos Santos Peres — *Empregado Bancário.*

OFERTAS
DO
30.º ANIVERSÁRIO

A propósito do nosso 30.º aniversário continuaram a enviar-nos as suas ofertas os sócios abaixo designados.

Contribuíram:

Com 500\$00 — o sócio n.º 1924.

Com 150\$00 — o sócio n.º 3258.

Com 100\$00 — os sócios n.ºs 298, 1476 e 3032.

Com 50\$00 — os sócios n.ºs 458, 1981, 3182 e 3433.

Com 20\$00 — o sócio n.º 2838.

Total recebido Esc. 5.900\$00.

A todos muito se agradece.

30 de Junho de 1966.

PAPELARIA CAMÕES

DE

AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO, LDA.

• Pincéis, telas, tintas de óleo, aguarelas e guaches
das melhores marcas nacionais e estrangeiras

LISBOA, 2 — 42, Praça de Luís de Camões, 43 — Telef. 32 30 63

ÍNDICE

DO 29.º VOLUME

1966



| | Pág. |
|---|----------|
| Actividade Cultural (4.º trimestre de 1965 e 1.º trimestre de 1966) | 57 |
| Idem (quadrimestre Abril-Junho de 1966) | 148 |
| Alfama vista do Tejo, pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i> | 131 |
| António Guilherme Soromenho, cantor e violinista lisboeta, pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i> | 99 |
| Apontamentos para a Visita dos «Amigos de Lisboa» à Igreja Paroquial de Santa Catarina, pelo <i>Doutor Eduardo Neves</i> | 128 |
| Bocage e o Homem da Rua, pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i> | 58 |
| Caminhadas Lisboetas de Gil Vicente (Conferência), pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i> | 11 |
| Considerações sobre a Urbanização do Campo de Santa Clara, conforme comunicações do <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i> | 133 |
| Evocação de Estêvão Amarante | 63 |
| «Feira da Ladra»... .. | 56 e 151 |
| Felicitações e Ofertas pelo 30.º Aniversário do Grupo «Amigos de Lisboa» | 65 e 155 |
| A Influência de S. Tude na Tomada de Lisboa aos Mouros (Resumo de uma conferência), por <i>Laura de Aviz</i> | 47 |
| Marchas Populares — Uma tradição que apesar de tudo tende a desaparecer, por <i>Costa Garcez</i> | 54 |
| Nota Gil-Vicentina de Interesse Olisiponense, pelo <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i> | 38 |
| Parecer da Comissão de Contas referente ao exercício de 1965 | 146 |
| Ponte sobre o Tejo | 75 |
| O Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo aos Moinhos dos Olivais (Aditamento), pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i> | 43 |
| Recolhimentos da Capital — Breves apontamentos, pelo <i>Dr. José Pinto de Aguiar</i> | 87 |
| Relatório da Junta Directiva relativo ao ano de 1965 | 141 |
| Santa Catarina de Lisboa no Culto e na Toponímia Cidadina — Singelo apontamento olisiponense, por <i>Luís Chaves</i> | 117 |
| Sócios Admitidos no 2.º semestre de 1965 e 1.º semestre de 1966 | 70 e 154 |
| Trinta Anos, pelo <i>Doutor Eduardo Neves</i> | 3 |
| Valioso Subsídio para a Biografia do Infante D. Manuel, Irmão de D. João V, pelo <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i> | 78 |

Capas — Desenhos de *José A. Videira*:

N.ºs 113/114 — Praça de S. Bento

N.ºs 115/116 — A Ponte Salazar Vista do Alto de Santo Amaro

Vinhetas: de *Figueiredo Sobral* e *José A. Videira*



FOR SOUVENIRS

VISTA ALEGRE

Porcelanas

LOJAS:

Largo do Chiado, 18 – LISBOA
Av. Navarro, 42 – COIMBRA
R. Cândido Reis, 18 – PORTO
R. St.^a Isabel, 21 – PORTIMÃO

SEDE

L. BARÃO DE QUINTELA, 3-1.^o
LISBOA

CASA AFRICANA

●
PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS

●
ON PARLE
FRANÇAIS

●
ENGLISH
SPOKEN

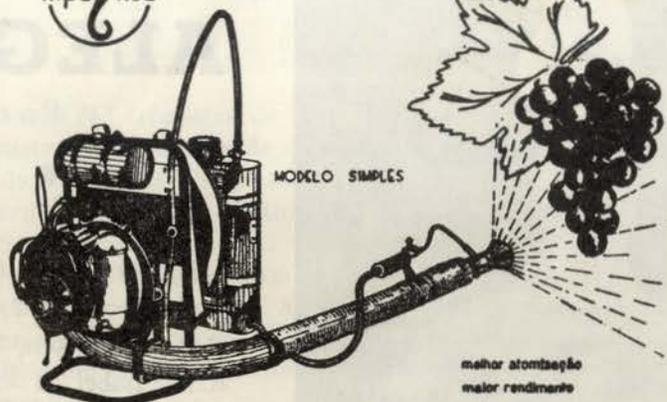
●
Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

●
Rua Augusta, 161 – Telef. 32 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166 – Telef. 1361 P. B. X.
PORTO

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

ATOMIZADOR
Hipólito



melhor atomização
maior rendimento
menor preço

O PRIMEIRO

ATOMIZADOR
PORTUGUÊS

HIPOLITO

A MARCA QUE OFERECE TODAS AS GARANTIAS

SENA SUGAR ESTATES, LTD.

PLANTAÇÕES E FÁBRICAS DE AÇÚCAR EM

LUABO e MARROMEU

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

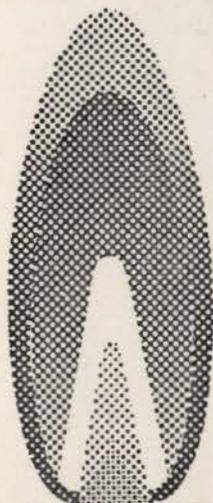
**A ELECTRICIDADE...
NERVO DA VIDA
MODERNA**



**O FAÍSCA
seu criado eléctrico**

Sempre ao seu dispor
DIA E NOITE
Cas RAs GÁS E ELECTRICIDADE
Lisboa

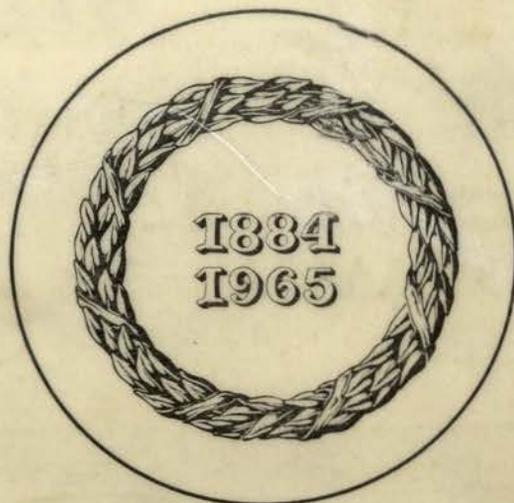
**O GÁS...
FACTOR CONSTANTE DA
ECONOMIA DOMÉSTICA**



**GÁS
DA COMPANHIA**

O COMBUSTÍVEL DE LISBOA

TRADIÇÃO
E
PROGRESSO



BANCO BORGES & IRMÃO



PORTO - Rua de Sá da Bandeira, 12
LISBOA - Largo de S. Julião, 6
AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS